



# Relatório e Contas 2008

**APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL A 27 DE MARÇO DE 2009**

## ÍNDICE

### **A – RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. INTRODUÇÃO, pág. 3
2. PRINCIPAIS INDICADORES, pág. 5
3. ACTIVIDADE EDITORIAL, pág. 6
4. ESTRUTURA ORGÂNICA, pág. 9
5. ENQUADRAMENTO SECTORIAL pág. 10
6. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR, pág. 12
7. ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS, pág. 13
8. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS, pág. 16
9. QUALIDADE DO SERVIÇO, pág. 21
10. ACTIVIDADE INTERNACIONAL, pág. 22
11. RECURSOS HUMANOS, pág. 24
12. INVESTIMENTO E INOVAÇÃO, pág. 25
13. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA, pág. 27
  - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS, pág. 30
  - BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006, pág. 31
  - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006, pág. 32
  - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006, pág. 33
  - ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, pág. 34
  - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DOS FUNDOS CIRCULANTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007, pág. 49
  - DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007, pág. 50
  - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006, pág. 51
  - ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES, pág. 52
14. PERSPECTIVAS FUTURAS, pág. 53
15. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS, pág. 54

### **B – RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE, pág. 55**

### **C – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL, pág. 62**

### **D – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, pág. 63**

## 1. INTRODUÇÃO

O ano de 2008, último do mandato deste Conselho de Administração, teve como linha dominante de acção a consolidação dos objectivos estruturantes de operação da Agência, a curto e a médio prazo, em três campos: melhoria da situação económica e financeira, afirmação do seu projecto editorial em termos internos e externos e desenvolvimento tecnológico.

A situação económica e financeira é espelhada pelos continuados resultados operacionais positivos, que permitiram a redução do endividamento bancário e justificaram a evolução favorável de outros indicadores. Como factores menos positivos assinala-se a evolução dos custos com o pessoal e a não resolução de diversas questões, nomeadamente a regularização da dívida do Estado. De assinalar, no triénio que agora finda, como pressuposto para uma gestão equilibrada da Agência, a assinatura com o Estado do novo contrato de prestação de serviço público, clarificador da relação entre ambos e garantia de estabilidade e de segurança para a **LUSA**.

O resultado líquido de 2008 foi positivo, no montante de 815 mil euros, foi superior quase 7 por cento ao de 2007.

Em termos editoriais, 2008 foi o ano da consolidação da rede de cobertura noticiosa da Agência, em Portugal, na Europa e no mundo lusófono. E, sobretudo, foi o ano do início operacional do projecto multimédia, base para a transformação progressiva da redacção tradicional em redacção multimédia (produtora de texto, foto, áudio e vídeo, através da capacitação profissional dos seus jornalistas para estas áreas) e para a criação de produtos comerciais verticais, ajustados à crescente presença da Internet.

Como premissa essencial para a boa operação da Agência, o desenvolvimento do LUNA (**LUSA News Asset**) e a modernização dos meios de distribuição dos serviços noticiosos e informativos permitiram qualificar o posicionamento da empresa nos mercados internos e externos.

Sublinha-se, ainda, o facto de duas das grandes questões pendentes, para a operação editorial da Agência e para as relações de trabalho internas e para a melhoria do seu património, estarem em vias de solução. Na verdade, foi estabelecida com os sindicatos a base de um novo Acordo de Empresa e foi conseguido um entendimento para a aquisição pela **LUSA** da última fracção do edifício fora do seu património, terminando com um litígio de anos.

Foi possível, assim, no triénio que agora findou, resolver ou lançar as bases de resolução de todos os grandes desafios assumidos por este Conselho de Administração e que dele mais directamente dependiam: contrato com o Estado, sistema informático, modernização tecnológica e do sistema de comunicações, projecto multimédia, presença no mundo de língua portuguesa, manutenção de resultados positivos e, se se mantiver o rumo previsto, Acordo de Empresa e aquisição da última fracção do edifício sede da Agência.

Mesmo considerando os factores negativos de evolução dos mercados (que a crise global actual multiplicará decerto nos próximos anos), foi possível à LUSA situar-se no cada vez mais reduzido grupo de agências europeias que tiveram um bom desempenho – base determinante para encarar com optimismo realista os anos que se avizinham.

## 2. Principais Indicadores

	2008	2007	Var.
<b>Indicadores económico-financeiros</b> (Unidade: milhares de euros)			
Proveitos operacionais	18.984	18.427	3,0%
EBITDA	2.759	2.852	-3,3%
Resultado operacional	1.513	1.793	-15,6%
Resultado líquido	815	764	6,6%
Resultado líquido por acção (euro)	0,38	0,36	6,6%
VAB	14.550	13.752	5,8%
Investimento	291	766	-62,0%
Margem EBITDA	15%	15%	0 p.p.
Margem Operacional	8%	10%	- 2 p.p.
Margem líquida	4%	4%	0 p.p.
VAB / Efectivo médio (euro)	53.888	52.288	3 p.p.
Activo líquido	18.333	19.819	-7,5%
Capital próprio	8.191	7.376	11,0%
Capital social	5.325	5.325	-
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	10%	10%	0 p.p.
Liquidez Geral	200%	154%	+ 46 p.p.
Autonomia Financeira	45%	37%	+ 8 p.p.
Solvabilidade	81%	59%	+ 22 p.p.
Cobertura do imobilizado	149%	133%	+ 16 p.p.
<b>Recursos humanos</b>			
Nº de trabalhadores a 31 de Dezembro	288	276	4,3%
Jornalistas	216	209	3,3%
Administrativos	52	47	10,6%
Técnicos	10	10	0,0%
Pessoal de apoio	8	10	-20,0%
Efectivo médio	270	263	2,7%
<b>Produção de notícias</b>			
Áudio*	2.654	n.d.	
Conteúdos mistos	295	n.d.	
Fotos	24.478	37.720	**
Gráficos	6	n.d.	
Notícias texto	108.153	118.594	**
Outros conteúdos texto*	7.353	n.d.	
Vídeos*	2.642	n.d.	
<b>Total</b>	<b>155.498</b>	<b>149.878</b>	<b>**</b>

\*Início da produção no 2º semestre de 2008;

\*\*Indicadores não comparáveis

### 3. ACTIVIDADE EDITORIAL

2008 ficará marcado como o ano em que a **LUSA** iniciou a sua transformação numa Agência multimédia.

Numa parceria com a Universidade do Porto a Agência montou o maior processo de formação em novas tecnologias que já se registou nos *media* portugueses: mais de 200 jornalistas ficaram com condições para recolher sons e imagens com qualidade, editá-los e transmiti-los à distância. A **LUSA** evoluiu em função das necessidades do mercado, ocupando um novo espaço na comunicação social em português.

Para o efeito, a Agência adquiriu 45 câmaras de vídeo e outros tantos gravadores digitais, operacionalizando um programa que se iniciou em Julho de 2008. Este programa, que se prolongou até ao início de 2009, envolveu a quase totalidade (99%) dos jornalistas do quadro da **LUSA** e um número muito substancial dos seus colaboradores externos, em Portugal e no estrangeiro, incluindo todos os correspondentes nos países africanos.

As novas competências adquiridas pela redacção tiveram implicações a quatro níveis:

- A potenciação de negócios para a empresa, nomeadamente uma *linha* de vídeo em português especialmente dirigida para a Internet;
- Uma redefinição operacional, com a integração das editorias de Fotografia, da Multimédia e da **LUSA TV**, que passaram a ter uma edição centralizada;
- Uma operação logística, com a montagem de um estúdio de televisão nas instalações da Agência e a aquisição de equipamentos que melhoraram a gestão da rede e permitiram a emissão de vídeos e sons;
- Uma importante reorganização da Redacção, que passou, entre outros aspectos, pelo alargamento da chefia de redacção, e com a particularidade de integrar um fotógrafo, eventualmente o primeiro jornalista em Portugal com origem na multimédia a chefiar redactores.

O resultado deste programa é bem visível no aumento substancial do número de “sons” disponibilizados ao mercado e pela triplicação do número de vídeos fornecidos diariamente aos clientes.

Na reorganização do sector editorial manteve-se a prioridade, já assinalada em anos anteriores, à qualificação dos efectivos, com a admissão de quadros e a reformulação de funções.

A Agência aprofundou a descentralização editorial, com ganhos visíveis na operacionalidade e na autonomia das suas redacções e delegações.

Em grandes eventos ou em operações sazonais em que tal se justificou, o planeamento e a edição foram feitos com os recursos locais ou com a deslocação de editores e jornalistas, como aconteceu com os Jogos Olímpicos de Pequim, o Europeu de futebol da Áustria-Suíça ou o período de Verão no Algarve, operações realizadas com orçamentos controlados e mantendo a qualidade do serviço.

A LUSA passou a contar com um director-adjunto no Porto e foram contratados mais correspondentes, nomeadamente na Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Esposende, Ovar, Espinho, Alverca, Alenquer e Vila Franca de Xira, Cartaxo, Nazaré, Salvaterra de Magos, Benavente, Coruche, Mora, Avis, Castelo Branco, Figueira de Castelo Rodrigo, Santiago do Cacém, Sines e Grândola. Reforçaram-se, ainda, os efectivos das delegações de Évora e Faro e a cobertura dos distritos de Leiria e do Porto. Em simultâneo renovaram-se as redes de correspondentes fotográficos e desportivos em todo o país.

No estrangeiro, a LUSA passou a dispor de novos correspondentes no Rio de Janeiro, Fortaleza e Salvador da Baía, no Brasil; em Lyon e Paris, na França; em Benguela, Angola; na cidade de São Tomé, em São Tomé Príncipe; e em Tóquio, no Japão.

A produção noticiosa manteve-se em bom nível, mas balanceada de modo diferente. (*ver quadro seguinte*)

#### Produção editorial

Tipo	2008		
	Nº (Ano)	Média/dia	Peso (%)
Fotos	24.478	66,9	15,7%
Conteúdos mistos	295	1,6	0,2%
Vídeos*	2.642	5,5	1,7%
Notícias texto	108.153	295,5	69,6%
Outros conteúdos texto	7.353	20,1	4,7%
Áudio*	2.654	14,4	1,7%
SMS	9.915	53,9	6,4%
Gráficos	6		
<b>Total</b>	<b>155.496</b>	<b>424,9</b>	<b>100,0%</b>

\* Produção iniciada no segundo semestre do ano

O número de conteúdos únicos (notícias diferentes) ultrapassou 150 mil, dos quais cerca de 75% são notícias de texto (cerca de 300 notícias por dia, em média) e 16% são fotografias. A produção de áudio foi autonomizada da produção de TV no segundo semestre, quando arrancou também a produção de vídeo para plataformas *on-line* vídeo. Apesar de se referir a apenas um semestre, a produção conjunta de áudio e vídeo representa já quase 3,4% do total.

A classificação temática das notícias dá a ideia da diversidade dos assuntos tratados. (*ver o quadro seguinte*)

### Diversidade temática

Temas*	Texto		Foto	
	2008	2007	2008	2007
Acidentes e Desastres	5.814	2.260	863	540
Ambiente	4.794	1.687	712	342
Artes, Cultura e Entretenimento	11.542	8.132	4.602	2.361
Ciência e tecnologia	2.103	1.190	296	126
Crime, lei e justiça	15.630	5.050	1.434	700
Desporto	11.542	21.579	9.664	6.818
Economia, Negócios e Finanças	42.272	24.851	3.999	1.413
Educação	5.100	2.072	1.078	355
Estilo de Vida e Lazer	3.323	221	1.068	368
Guerras e Conflitos	11.705	8.166	612	365
Interesse humano	3.984	1.929	1.306	770
Política	47.814	18.310	8.171	5.382
Religião	1.874	697	477	347
Saúde	3.939	3.767	757	288
Sociedade	19.963	16.032	979	229
Trabalho	5.453	625	736	415
Outros**	<b>2.030</b>	13.267	67	472
<b>Total***</b>	<b>198.882</b>	<b>129.835</b>	<b>36.821</b>	<b>21.291</b>

\* Classificação segundo a norma IPTC

\*\*Valores resultantes da classificação temática. Atendendo a que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o nº de notícias distribuídas não corresponde ao nº de notícias produzidas

É notório o peso relativo das notícias com temas ligados à “política” e à “economia”, que no conjunto representam cerca de 45% da produção de texto, mas também da “sociedade”, da “justiça”, das “guerras e conflitos”, do “desporto” ou das “artes, cultura e espectáculos” (todos entre 5% e 10% do total).

Na fotografia predominam o “desporto” (26%), mas também a actualidade relacionada com a “política” (22) e as “artes, cultura e entretenimento” (12,5%).

Os arquivos históricos da LUSA guardam a memória do que de mais importante se passou em Portugal nos últimos 30 anos, com mais de quatro milhões de notícias e mais de 1,2 milhões de fotografias, em registos digitais, a que se junta um espólio de mais de dois milhões de imagens ainda não digitalizadas.

#### 4. ESTRUTURA ORGÂNICA

A organização da empresa está naturalmente centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno das editorias, delegações e correspondentes, enquadradas pela Chefia da Redacção e pela Direcção de Informação.

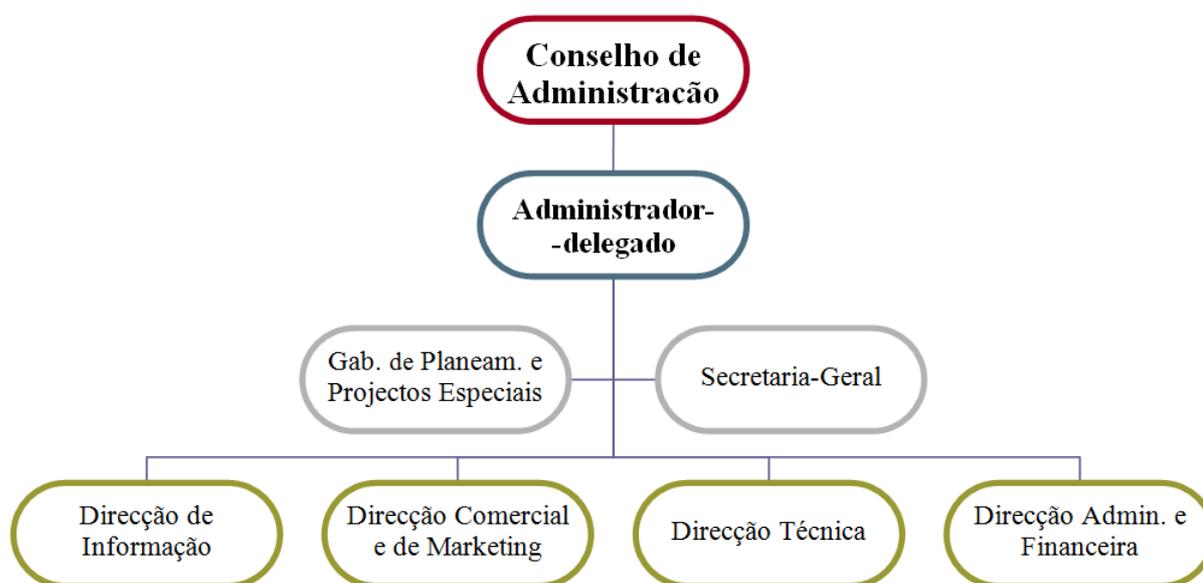
A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração, que é simultaneamente o administrador-delegado a quem compete a coordenação da actividade geral e a direcção das relações institucionais e internacionais.

O apoio directo ao PCA é feito pelo Gabinete de Planeamento e Projectos Especiais, vocacionado para a concepção e acompanhamento de soluções e a coordenação dos projectos estruturantes ou transversais, e pela Secretaria-Geral, que assegura a maior parte dos serviços corporativos.

Os restantes órgãos de estrutura de primeira linha são as quatro direcções operacionais – Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos; Comercial e de Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem; Técnica, que controla a gestão dos sistemas de informação; e Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, informação de gestão, compras e recursos humanos.

A LUSA tem a Redacção central em Lisboa e, actualmente, cinco delegações em território nacional e onze no estrangeiro. Tem também correspondentes em todos os distritos de Portugal e em cerca de 30 de países.

Organograma da macroestrutura e órgãos de estrutura de primeira linha:



## 5. ENQUADRAMENTO SECTORIAL

O ano de 2008 confirmou largamente – e a crise económica e financeira global aprofundou – as tendências de evolução dos mercados das agências noticiosas, nomeadamente a redução continuada do poder aquisitivo dos clientes tradicionais (imprensa, rádios e televisões), motivada pelo decréscimo acentuado da publicidade e das audiências e a necessidade de inovar nos mercados e nos produtos das agências.

As agências decidiram, assim, e a **LUSA** não foi excepção, reequacionar a produção de conteúdos e os modelos de negócio e o direccionar os seus investimentos em pessoal qualificado e em tecnologia. Em Portugal e nos restantes países europeus, tal como no mundo mais desenvolvido, novas oportunidades se desenham para o mercado das agências, com o desenvolvimento da Internet e da mobilidade do acesso a conteúdos.

O desenvolvimento das redes verticais (texto, fotos, vídeo, gráficos) constituem uma oportunidade para as agências, que podem criar e distribuir conteúdos para essas redes situadas na área Web e da mobilidade. São numerosos esses conteúdos verticais: ambiente e bem-estar (*'green living'*); moda; viagens; casas e propriedades; relacionamentos e família; saúde e alimentação; *'shopping'*; dinheiro; TV; tecnologia; *'showbiz'*; vida real, etc.

Nestas áreas do mercado vertical, como noutras mais tradicionais, a banda larga da Internet abre espaço para uma competição sem fronteiras.

As agências estão confrontadas, mais e mais, com reptos vindos de todo o lado: de outros média, tradicionalmente clientes, que evoluem para presenças mais competitivas na venda de informação por grosso; do Google, com a indexação informativa de fontes secundárias, competindo com as agências junto do grande público; do YouTube, na difusão de conteúdos multimédia; dos portais, dos pequenos e médios editores e *bloggers* da Web; e ainda dos conteúdos grátis presentes na Web, tenham eles origem em meios do sector da comunicação social ou em *cidadãos-jornalistas*.

Por outro lado, muitos dos fenómenos atrás listados encontram-se em zonas cinzentas, entre a pirataria e o dúbio uso legal, sem autorização prévia dos produtores e detentores da autoria. Só um trabalho sólido e imaginativo junto dos mercados, tentando combater as ameaças e procurando, ao mesmo tempo, tornar ameaças em oportunidades de negócio, em conjunto com uma grande flexibilidade e capacidade de inovação no tipo de produtos propostos e no diálogo com os clientes permitirá contornar muitas das dificuldades identificadas e as prospectáveis.

Dos resultados do último inquérito sobre os mercados, anualmente feito pela EANA (associação das agências europeias) junto dos seus associados, sobressaem as seguintes conclusões (umas representando riscos, outras oportunidades): presença importante dos gratuitos na imprensa, operadores regionais ou pequenas agências competindo nos mercados das agências noticiosas nacionais, desafio dos ‘websites’ e dos portais que oferecem serviços noticiosos gratuitos, dificuldades em ajustar os preços dos serviços fornecidos às dificuldades financeiras dos subscritores, adopção progressiva do conceito multimédia pelas agências e alargamento do fornecimento destes produtos e, finalmente, os problemas de ‘copyright’. Nada de muito diferente do que acontece no mercado nacional.

Se tivermos por referência os dados da evolução das agências europeias médias, onde a **LUSA** se insere e cujo volume de negócios ronda os 20 M€ / ano, 2008 confirmou os dados e as tendências do ano anterior:

1. As agências transformaram-se predominantemente em organizações jornalísticas, com os seus efectivos da área editorial em cerca de 75% (*rácio* também alcançado pela **LUSA**);
2. Os media tradicionais continuam a ser os mais importantes clientes dos serviços noticiosos (abaixo de 50% dos proveitos), enquanto os media electrónicos representam já mais de 25% e a área *non media* outro tanto. Na **LUSA** os *media* tradicionais representam 57% das receitas comerciais, os *media* electrónicos ultrapassam 15% e os *non media* estão acima de 20%;
3. Cresceu a tendência para uma diversificação dos ‘serviços especiais’ (online, press releases, desporto, rádio & TV, empresas e negócios, e mercados secundários para fotos, vídeo, infografia e publicações) – movimento que a **LUSA** vem acompanhando também.

Mesmo quando os resultados da operação da **LUSA** se inscrevem, em média, nos do grupo mais consistente das agências europeias, o mercado português continua a ser dos de menor dimensão. Esse mercado coloca quase todos os desafios dos restantes. Mas também abre potencialidades. Este equilíbrio instável, acentuado pela crise mundial e dos media, conduzirá decerto a uma estagnação ou um curto crescimento dos proveitos, aconselhando prudência na gestão e controlo rigoroso dos custos.

## 6. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do sector empresarial do Estado, a LUSA está sujeita a regulamentos próprios pelo facto de se inserir no sector da Comunicação Social. Entre outros, destacam-se entre as principais as seguintes referências regulamentadoras:

- Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro, que aprovou a Lei de Imprensa.
- Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista.
- Código Deontológico dos Jornalistas, aprovado em 4 de Maio de 1993.
- Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre a empresa e o Estado Português a 31 de Julho de 2007.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que estabelece os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado.
- Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que estabelece o estatuto do gestor público.
- Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro, que cria a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, que estabelece o regime da realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como a contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e de serviços.
- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, que estabelece o regime jurídico das empreitadas de obras públicas.
- Acordo de Empresa celebrado, em 31 de Março de 1999, com o Sindicato dos Jornalistas, FETESE, Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual, e SENSIQ – Sindicato de Quadros.

## 7. ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS

O principal activo da LUSA é a sua reputação enquanto agência de notícias credível e rigorosa, fortemente implantada em todo o território nacional e nos espaços de maior proximidade dos interesses portugueses no mundo.

A Agência tem uma visão clara sobre o seu papel, uma missão definida, e pauta a sua actividade, na comunidade em geral e internamente em todas as suas estruturas, por critérios de rigor.

Os objectivos estratégicos de curto e médio prazo estão delineados e têm sido concretizados.

**Visão** – A LUSA afirma a sua importância nacional e internacional, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

**Missão** – A LUSA, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objectivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (*media* nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a disponibilização, contratada com o Estado Português, de um serviço noticioso global orientado pelo interesse público e tendente a favorecer o exercício da cidadania.

**Valores** – Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da LUSA são a clareza, o rigor, a isenção, a pluralidade, a fiabilidade e a tempestividade da informação.

Internamente, a todos os níveis da sua estrutura orgânica, a empresa fomenta os valores da clareza e da transparência, o rigor na utilização dos recursos disponíveis, a cooperação, o trabalho de equipa, a responsabilização individual, visando a realização pessoal e profissional de todos os seus colaboradores.

**Posicionamento** – O posicionamento da empresa no mercado decorre da análise que faz das suas principais vantagens comparativas, das suas debilidades, das oportunidades que identifica como potenciais desafios e dos constrangimentos que se colocam à sua actividade.

- **Vantagens comparativas:** a credibilidade dos seus serviços noticiosos, principalmente no seu mercado tradicional, as empresas de comunicação social; o facto de ser a única agência de notícias generalista portuguesa e de dimensão nacional e internacional, com funcionamento contínuo, 365 dias por ano; a sua forte implantação em todo o território nacional e no mundo lusófono.
- **Debilidades:** a imagem discreta que projecta para fora do seu mercado tradicional; a rigidez organizacional e a reduzida flexibilidade na gestão de recursos humanos; a forte dependência do contrato de serviço público; e a ainda insatisfatória agressividade comercial, anteriormente apenas dirigida para o mercado dos *media*.
- **Oportunidades:** a necessidade crescente e premente da informação, sentida pelas organizações em geral e muito especialmente pelas empresas; o dinamismo empresarial e o reforço da cooperação no espaço da lusofonia; a relativa facilidade da evolução para uma plataforma alargada de circulação de serviços informativos, além da mera difusão de notícias; o amadurecimento do mercado multimédia e a crescente procura de conteúdos digitais.
- **Constrangimentos:** a conjuntura económica desfavorável do sector da comunicação social, que nunca deixará de ser destinatário fundamental dos serviços da Agência; as hesitações e a retracção dos negócios na área do multimédia.

### **Objectivos do exercício de 2008**

O Plano de Actividades definiu um conjunto de objectivos para 2008, traçou acções a curto e médio e prazo e precisou os objectivos sectoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera terem sido atingidos, ou estarem muito perto de o serem, todos os principais objectivos nomeadamente: a entrada na era do multimédia, que confere à Agência uma identidade mais forte e a deixa preparada para enfrentar os novos desafios do mercado; e o *acordo de princípio* para a revisão do Acordo de Empresa, passo muito relevante, potenciador de um clima de confiança nas relações laborais, e um instrumento importante para a flexibilização da organização do trabalho, aspecto relevante numa empresa de laboração contínua que desenvolve a sua actividade de forma muito dinâmica motivada pela imprevisibilidade da actualidade informativa.

Consideram-se também genericamente realizados os restantes objectivos traçados para o exercício de 2008 e para o triénio, nomeadamente:

- Manutenção da importância nacional e a credibilidade da Agência e consolidação do seu papel, no respeito pelas obrigações decorrentes do Contrato de Serviço Público e correspondendo com eficácia e tempestividade às necessidades do mercado, nomeadamente dos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais e das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo;
- Consolidação das alterações organizativas implementadas no último ano e rentabilização da actividade da Agência;
- Prosseguimento dos esforços tendentes a ampliar a acção da Agência no espaço lusófono, potenciando os acordos de cooperação e as parcerias já estabelecidas ou a estabelecer com as agências noticiosas dos países da CPLP;
- Manutenção da aposta na fidelização dos clientes, apesar da conjuntura adversa do mercado da comunicação social, e explorar as oportunidades que surjam em novos nichos de mercado;
- Manutenção do Arquivo Histórico e Contemporâneo de Imagem;
- Melhoria da organização e do funcionamento qualitativo das diversas direcções da empresa.

Devido ao facto de as negociações com os sindicatos para a substituição do acordo de empresa terem demorado mais do que o inicialmente previsto, está atrasado lançamento de um plano bienal de formação, destinado à valorização dos recursos humanos, e o reatamento do processo de avaliação de desempenho dos trabalhadores.

## 8. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

A análise da evolução dos proveitos obtidos por áreas de negócios continua a evidenciar uma forte dependência da empresa relativamente ao Estado, com a indemnização compensatória do serviço de interesse geral prestado pela Agência a representar cerca de 80% do total de proveitos.

Tal facto decorre, em primeiro lugar, da prestação do serviço de interesse geral contratado com o Estado mas destinado à comunidade em geral, através dos órgãos de comunicação social regionais e locais e das comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro, bem como, de um modo geral, ao espaço da lusofonia.

Mas a dependência do Estado é principalmente consequência da reduzida dimensão do mercado nacional e muito especialmente das conhecidas debilidades do sector da comunicação social, historicamente o primeiro mercado das agências noticiosas (que representa ainda perto de 50% da actividade comercial da LUSA). Surgem poucas novas edições e, nas empresas já estabelecidas, existe um visível esforço de controlo de custos.

Neste ambiente, fortemente agravado nos últimos meses, merece realce o facto de a LUSA ter conseguido aumentar os proveitos, como demonstra o quadro seguinte:

<i>Áreas de negócios</i>	<i>2008</i>	<i>2007</i>	<i>Var.</i>
Grandes Órgãos de Comunicação Social	1.840.318,26	1.749.463,18	5,2%
Pequenos Órgãos de Comunicação Social	496.796,95	437.914,90	13,4%
Empresas	902.373,23	698.028,35	29,3%
Institucional	15.129.154,82	14.932.710,56	1,3%
Grande Público	23.748,12	32.324,36	-26,5%
Outros	124.691,92	153.568,54	-18,8%
Mercado Externo	393.923,23	372.189,01	5,8%
<b>Total</b>	<b>18.911.006,53</b>	<b>18.376.198,90</b>	<b>2,9%</b>

*Valores em euros*

A LUSA aumentou ligeiramente o nível de proveitos, por comparação com o ano anterior (+2,9%), e para tanto contribuíram decisivamente as vendas no segmento “Empresas”, com um crescimento de 29,3% por cento.

Mas também o próprio sector da comunicação social deu um forte contributo, com um crescimento de cerca de 12%, entre os clientes do segmento “Grandes órgãos de comunicação social” (+9,5%) e no grupo “Pequenos órgãos de comunicação social” (+13,4%).

Este facto evidencia um enorme esforço da LUSA no lançamento de novos produtos, principalmente os vocacionados para os meios electrónicos.

A LUSA manteve durante o ano de 2008 a sua estratégia comercial e de marketing que essencialmente se baseia nos seguintes princípios orientadores:

- Fidelização dos clientes existentes
- Prospecção de novos potenciais mercados
- Prospecção de novos produtos
- Política de preços e produtos adequada ao mercado
- Maior rentabilização dos serviços da LUSA com minimização de custos.
- Diferentes e melhores meios de distribuição, com menos custos.

Proseguiu-se o objectivo “Fidelização de clientes” e manteve-se a carteira de clientes que transitaram de 2007. Em vários casos foram estabelecidos novos acordos, mas que não se traduziram em redução de facturação.

Com a saturação de mercado na área da comunicação social, reforçou-se o trabalho nos mercados emergentes da área da Internet e multimédia.

Estes mercados têm vindo a ser analisados de forma a identificar as suas necessidades e conhecer a sua capacidade financeira para aquisição dos novos produtos.

A área internet está a consolidar-se e a apostar em produtos informativos, em vários suportes, e está a gerar maiores receitas financeiras nessa área.

A LUSA tem, neste momento, como cliente, quase 100% do mercado de *sites* e de portais que contêm informação noticiosa.

O serviço Lusaweb, destinado essencialmente a sites e portais, é já o segundo no *ranking* das vendas da LUSA (logo a seguir ao Serviço Nacional), com uma facturação final, em 2008 de cerca de 600 mil euros.

O quadro seguinte ilustra esta evolução:

**Vendas por serviços (10 serviços mais vendidos)**

<i>Serviços</i>	<i>2008</i>	<i>2007</i>	<i>Var. (%)</i>
Nacional	1.462.104,2	1.543.374,7	-5%
LusaWeb	587.851,1	513.842,9	14%
Documentação	500.184,9	294.695,0	70%
Fotografia	414.081,8	392.204,1	6%
Desporto	324.368,9	304.083,5	7%
Especiais	292.238,2	286.914,5	2%
Economia	206.658,5	177.884,8	16%
Servs. temáticos	155.971,0	148.199,6	5%
Internacional	140.667,2	101.862,8	38%
África	136.253,8	156.449,2	-13%
Outros	214.724,6	333.856,4	-36%
<b>Total</b>	<b>4.435.104,2</b>	<b>4.253.367,4</b>	<b>4%</b>

*Valores em euros*

Tem vindo a acentuar-se a procura de serviços especiais, nomeadamente nas áreas da LUSATV e das crónicas de enviados especiais, crónicas telefonadas, para estações de TV e rádios; cobertura noticiosa de eventos importantes para venda directa a vários clientes, etc. A facturação deste tipo de serviços rondou em 2008 os 50 mil euros.

Trata-se de uma área em que a LUSA aposta fortemente.

As novas subscrições de serviços por antigos clientes e a procura de “muito pequenos órgãos de comunicação social”, com necessidades muito específicas, permitiram um crescimento da facturação na ordem dos 75 mil euros.

Registou-se um acentuado crescimento na venda de serviços dirigidos a pequenos mercados exteriores à comunicação social, de serviços temáticos e de serviços específicos vocacionados para as empresas, que geraram receitas de cerca de 100 mil euros em 2008.

O quadro seguinte evidencia os serviços com maiores taxas de crescimento da facturação na área comercial:

## Serviços com maiores taxas de crescimento das vendas (em euros)

Serviços	2008	2007	Var.
Documentação	500.184,92	294.694,98	69,7%
Internacional	140.667,24	101.862,77	38,1%
Economia	206.658,49	177.884,78	16,2%
LusaWeb	587.851,11	513.842,91	14,4%
Actualidade	79.449,23	69.895,39	13,7%
Desporto	324.368,89	304.083,51	6,7%
Fotografia	414.081,78	392.204,11	5,6%
Temáticos	155.971,02	148.199,61	5,2%
Agenda	100.813,38	95.797,17	5,2%
VIP 100	33.599,16	32.359,19	3,8%

*Valores em euros*

No mercado Institucional registou-se em 2008 algum crescimento de Câmaras Municipais, fruto de uma acção de marketing e promoção junto desse mercado, com produtos que lhes são especialmente dirigidos – Actualidade, Autarquias e Net Alertas. Este crescimento, pelas características específicas e difíceis deste mercado, é de assinalar. A acção envolveu cerca de 80 Municípios com a entrada de 7 novos clientes.

As vendas no estrangeiro também denotaram um comportamento positivo. Na região Ásia Pacífico, mantiveram-se os contratos os contratos de Macau, que proporcionam receitas consideráveis.

Foram dados passos significativos, com a assinatura de contratos e a celebração de acordos no espaço lusófono, apesar dos poucos recursos financeiros desses mercados. O crescimento de receitas foi de cerca de 40.000 € e 7 novos Clientes do mercado dos PALOP.

No conjunto, o mercado externo, onde se englobam as receitas do mercado lusófono, cresceu cerca de 5,8%, com receitas totais de cerca de 400 mil euros.

No balanço anual, em 2008 foram angariados 48 novos clientes, que efectuaram 76 novas subscrições de serviços.

De assinalar ainda que em 2008 a LUSA disponibilizou o seu Arquivo Fotográfico On-line, permitindo que desde Janeiro os clientes tivessem acesso ao mesmo (cerca de 1,2 milhões de fotos a grande maioria dos últimos 20 anos).

O balanço é positivo, com uma facturação final em 2008 de cerca de 500 mil euros, um crescimento de 69,7% em relação a 2007. Anteriormente as vendas faziam-se principalmente por contacto telefónico.

O mercado da área Multimédia começa agora a formar-se, deixando de ser apenas uma área experimental. O produto da LUSA para esta área, o vídeo, entrou em Novembro de 2008 na fase experimental junto de potenciais clientes. A adesão foi gradual, mas auspiciosa, e só em Fevereiro de 2009 se iniciará a sua definitiva comercialização.

Foram desenvolvidas ao longo do ano diversas iniciativas na área gráfica/editorial e em Julho foi lançada a publicação de um livro sobre o último o Mundial de Futebol.

Iniciou-se, também, a produção de infografias, em colaboração com a Universidade do Porto, ainda numa fase experimental,. A experiência foi positiva e justifica o desenvolvimento do respectivo plano de negócios.

Iniciou-se também a prospecções de mercado para a comercialização de conteúdos para *Indoor TV* e *Corporate TV*. Os primeiros resultados foram positivos e foram celebrados acordos e os primeiros contratos para 2009.

## 9. QUALIDADE DO SERVIÇO

A qualidade dos serviços prestados pela LUSA é globalmente boa, facto testemunhado pela generalidade dos clientes e parceiros da empresa, que destacam, em primeiro lugar, o rigor e a isenção das notícias e a distribuição rápida e dos serviços noticiosos. Nas restantes áreas da actividade da empresa, realçam a fiabilidade da informação prestada e a rapidez e a sua rapidez de resposta.

Torna-se necessário, no entanto, fazer a monitorização dos níveis de qualidade de forma continuada e numa base sistemática, quer recorrendo a inquéritos de opinião, quer utilizando ferramentas técnicas que permitam a obtenção de dados objectivos.

O contrato de prestação de serviços celebrado com o Estado prevê a monitorização dos níveis de qualidade dos serviços prestados aos clientes e a aplicação de sanções por eventual incumprimento das suas obrigações.

Uma grelha de avaliação dos padrões de qualidade foi já proposta, nos termos do contrato de serviço público, e deverá ser adoptada durante o primeiro trimestre de 2009, com todos os indicadores fundamentais do serviço prestado e os resultados de um inquérito aos clientes.

## 10. ACTIVIDADE INTERNACIONAL

No ano de 2008, tal como no triénio 2006-2008, a **LUSA** manteve o esforço de consolidação da sua presença no mundo lusófono e nos países assinalados no contrato de serviço público, participando de forma activa na vida das organizações internacionais de que faz parte, firmando acordos ou desenvolvendo parcerias nas áreas editorial e tecnológica, tendo uma atitude pró-activa na reanimação do diálogo entre as Agências noticiosas dos países da CPLP.

São de realçar os seguintes aspectos:

- Foi terminada a reorganização das delegações da Agência em Timor, Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, de que resultou uma melhoria importante do noticiário com origem nesses países daquele a eles destinado; foi preparada a renovação dos quadros da **LUSA** nesses países e em Cabo Verde, com a nomeação de novos delegados e a melhoria das condições remuneratórias dos nossos jornalistas locais em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau;
- Acentuou-se a cooperação com a agência angolana ANGOP, através do apoio na formação de profissionais da sua editoria de fotografia e da programação de acções similares em 2009; da visita realizada pelo Presidente da **LUSA** a Angola resultou o estabelecimento de bases de cooperação nas áreas editorial, tecnológica e internacional (nomeadamente para a reanimação da associação das agências dos países da CPLP); e, ainda, o alargamento do mercado e do fornecimento de serviços noticiosos da **LUSA** a media angolanos;
- A **LUSA** patrocinou a realização do congresso da API, Associação Portuguesa de Imprensa em Maputo – no qual participaram media portugueses e moçambicanos (no programa do seminário), membros dos governos de Moçambique e de Portugal (ministro dos Assuntos Parlamentares) – e apoiou a apresentação, naquele país, dos próximos Jogos da Lusofonia;
- Por ocasião da realização do congresso do API, o Presidente da **LUSA** desenvolveu contactos com a agência moçambicana AIM e outros media moçambicanos, tendo sido possível estabelecer programas de cooperação e, também, alargar o número de clientes da **LUSA** neste mercado; na sequência desta deslocação, o Presidente da **LUSA** manteve contactos com o director da agência da África do Sul para eventuais acções de

cooperação da Agência portuguesa e de agências europeias, com parceria com a **LUSA**, e de agências dos países lusófonos com a sua congénere sul-africana;

- Foram continuadas as acções de apoio à reconversão da agência caboverdiana Inforpress, através de acções de formação profissional (realizadas na Cidade da Praia) e de apoio tecnológico; e foi elaborado um programa de apoio a essa reconversão, para 2009, nas áreas editorial (multimédia), da formação, do desenvolvimento tecnológico e da área administrativa e de gestão;
- Ampliou-se o plano de afirmação da presença da **LUSA** no Brasil, nomeadamente pela assinatura de um acordo de parceria com o maior diário económico brasileiro (Valor, de S. Paulo) e pelo alargamento da sua rede de correspondentes a Fortaleza e ao Rio de Janeiro;
- O portal da **LUSA** no Brasil mantém interessantes níveis de consulta, com cerca de 25 mil visitantes únicos e cerca de cem mil *page views* mensais.
- Manteve-se uma presença activa da **LUSA** na agência fotográfica europeia EPA (de que a **LUSA** é uma das onze agências accionistas), quer a nível do seu Board, quer a nível dos seus comités editorial, técnico e comercial;
- Assinou-se um protocolo de cooperação com a agência espanhola EFE para a área de produção de vídeo, o qual permite o acesso de cada uma das agências aos mercados ibérico, da América Latina (através da rede EFE) e da África de língua portuguesa (através da rede da **LUSA**);
- Realizou-se em Lisboa a assembleia geral e o seminário da associação das agências dos países do Mediterrâneo – a AMAN – tendo a **LUSA** assumido a presidência da organização.

## 11. RECURSOS HUMANOS

A empresa tinha ao seu serviço no dia 31 de Dezembro de 2008 um total de 288 trabalhadores, dos quais 275 no quadro de efectivos e 13 com contrato a termo. O efectivo médio foi de 270 trabalhadores. Relativamente ao exercício anterior, regista-se um aumento de dez unidades no final do ano (*ver secção 2. Principais indicadores, na pág. 5 deste relatório*).

Registaram-se ao longo do ano 23 admissões e a saída de 11 trabalhadores, que comparam com 14 entradas e 9 saídas no ano anterior.

O grupo profissional mais expressivo é, naturalmente, o dos jornalistas, que aumentou de 209 para 216.

Do efectivo total, 44% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade e 46% trabalham na **LUSA** há menos de 10 anos.

As condições de trabalho são reguladas por um Acordo de Empresa que o Conselho de Administração considera que está desajustado das realidades e das condições do mercado. Após um demorado processo de negociação com os sindicatos, foi estabelecido um *acordo de princípio* com os sindicatos e há fundadas razões para crer que um novo AE produzirá efeitos a partir do primeiro trimestre de 2009.

O acordo estabelece uma nova base, justa e equilibrada, para as relações de trabalho, principalmente no respeitante a horários e regimes especiais de trabalho, visando a sua adequação às novas condições da actividade. As carreiras profissionais desenvolvem-se com novas regras que visam estimular o mérito.

O acordo inclui ainda um novo regulamento de avaliação do desempenho profissional, instrumento fundamental para a detecção de necessidades de formação e valorização do trabalhador, prevendo-se também o lançamento de um plano de formação no decurso de 2009.

Conforme reportado na secção 3 deste relatório, em 2008 a empresa manteve um ambicioso plano de formação de jornalistas na área do multimédia, que abrangeu a quase totalidade dos efectivos da Agência.

## 12. INVESTIMENTO E INOVAÇÃO

O investimento em 2008 foi de 291 mil euros (menos 62% que no ano anterior) e foi dirigido principalmente para projecto multimédia.

O projecto foi iniciado em 2008, com o objectivo básico de iniciar uma produção de vídeo em larga escala. Os vídeos são produzidos em Portugal e nas delegações internacionais, para serem usados essencialmente por clientes com portais internet ou para a distribuição para telemóveis. Para lançar este projecto – inovador em relação a tudo o que foi feito até hoje na Agência, que entre outras alterações profundas inclui a conversão dos jornalistas da **LUSA** em jornalistas multimédia e a consequente mudança dos seus processos de trabalho (*ver secção 5, pag. 10 e seguintes*) – foram executadas várias acções ao longo do ano:

- Começou por se definir qual deveria ser o novo *workflow* de trabalho associado à produção de vídeo.
- Foram analisados o mercado e outros produtores de vídeo, de modo a definir-se quais eram os equipamentos e acessórios mais adequados para a produção **LUSA**. Os equipamentos foram seleccionados e adquiridos, estando em uso (formação e produção efectiva) desde Julho/2008.
- Foram também analisados vários cenários para a distribuição dos conteúdos vídeo aos nossos clientes e finalmente escolhida a plataforma de vídeo da empresa Mainstream Data (EUA). Foi assinado contrato com esta empresa e a plataforma deverá estar em produção no mês de Janeiro/2009.
- Foram realizadas várias adaptações no sistema LUNA, de modo a melhor servir o projecto e os seus utilizadores.
- Foram feitos acordos com a EFE e com a Minds International para a partilha de conteúdos vídeo.

Em 2008 o sistema LUNA teve o primeiro ano completo de existência na **LUSA**, mantendo a sua estabilidade e um bom desempenho, essenciais para o bom funcionamento da Agência. Adicionalmente foram implementadas algumas melhorias e funcionalidades no sistema, de

acordo com novas necessidades identificadas, nomeadamente nas áreas do multimédia e de agenda.

Este foi também o ano em que o projecto de Outsourcing entrou em velocidade cruzeiro, tendo sido afinados e melhorados vários processos e procedimentos. Este projecto proporcionou uma redução de custos, conforme planeado, que se situou acima dos 25%.

O Projecto CASAM (Computer-Aided Semantic Annotation of Multimédia), que visa a investigação para anotação semi-automática de conteúdos multimédia, a efectuar em 3 anos, subsidiado pela Comissão Europeia (CE), foi iniciado em Abril de 2008. Trata-se de um projecto a realizar por consórcio que, além da LUSA, inclui organizações de vários países, como sejam empresas de comunicação social, universidades, centros de investigação e empresas de tecnologia.

O Projecto eMPOWER – igualmente aprovado pela Comissão Europeia – arrancará em Janeiro de 2009 com o objectivo da criação de mecanismos, como petições electrónicas, que facilitem e potenciem a participação dos cidadãos e das ONG (Organizações Não-Governamentais) nas decisões/políticas nacionais e europeias, nomeadamente as relacionadas com o ambiente.

A LUSA faz parte de um consórcio em que se incluem outras agências de notícias, ONG e empresas de tecnologia de 3 países europeus (Portugal, Grécia e Itália).

## 13. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

### Situação Económico-Financeira

A análise económico-financeira que se apresenta sintetiza os resultados alcançados pela LUSA – Agência de Notícias de Portugal S.A. no ano de 2008 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício.

### Proveitos

O total de proveitos e ganhos ascendeu a 19,4 milhões de Euros, o que traduz um acréscimo de 804 mil Euros (+4,3%) relativamente a 2007, resultante, sobretudo, dos seguintes aspectos:

- Aumento de 535 mil Euros nas prestações de serviços, por via dos crescimentos de 353 mil Euros no contrato com o Estado e de 182 mil Euros nas outras prestações de serviços. Este deveu-se essencialmente à disponibilização *on-line* do Arquivo Fotográfico, ao lançamento de novos serviços temáticos, com especial impacto na área de negócios “Empresas”, e ao aumento de 2,5% na tabela de preços;
- O acréscimo de 26 mil Euros nos “Subsídios à Exploração”, por efeito do subsídio da Comissão Europeia atribuído no âmbito do Projecto CASAM (Computer-Aided Semantic Annotation of Multimedia);
- O crescimento de 81 mil Euros observado em proveitos e ganhos financeiros, decorrente dos aumentos registados nos juros com depósitos a prazo, dos descontos de pronto pagamento obtidos e das diferenças de câmbio favoráveis;
- O aumento de 167 mil Euros verificado nos “Proveitos e Ganhos Extraordinários”.

### Custos

O total de custos e perdas ascendeu a 18,2 milhões de Euros, reflectindo um aumento de 700 mil Euros (+4%), relativamente a 2007, que resultou das seguintes variações:

- Diminuição de 215 mil Euros (-4,8%) nos fornecimentos e serviços externos, efeito da renegociação e fim de contratos, ainda no decurso de 2007, com impacto nas rubricas “Alugueres de Máquinas”, “Comunicação e Circuitos”, “Conservação e Reparação”, “Trabalhos Especializados” e “Serviços de Agências Noticiosas”;

- Aumento de 957 milhares de Euros (+8,9%) nos custos com o pessoal, sobretudo por efeito do acréscimo de 2,1% na tabela salarial, das admissões e ajustamentos ocorridos no período, do crescimento ocorrido nas ajudas de custo, da subscrição de um Seguro de Saúde para os trabalhadores (Julho de 2007), da realização de acções de formação a jornalistas e das indemnizações pagas no âmbito de rescisões amigáveis de contratos de trabalho;
- Aumento de 105 mil Euros (+9,2%) nas amortizações e ajustamentos do exercício, fundamentalmente por efeito do investimento relacionado com os projectos LUNA e Multimédia, cuja entrada em produção ocorreu, respectivamente, em Maio de 2007 e Junho de 2008;
- Decréscimo de 131 mil Euros (-21,4%), nos custos e perdas financeiros, como resultado da diminuição ocorrida nos juros com empréstimos bancários e *leasing*.

## Resultados

O resultado líquido foi positivo e na ordem dos 815 milhares de Euros, por efeito de:

RESULTADOS	(Milhares de Euros)		
	2008	2007	07/2008
Operacionais	1.513	1.793	-280
Financeiros	-339	-551	212
Correntes	1.174	1.242	-68
Extraordinários	37	-136	173
Antes de Impostos	1.211	1.106	104
Líquidos	815	764	50

## Situação Patrimonial e Financeira

O activo líquido, na ordem dos 18,3 milhões de Euros, registou um decréscimo de cerca de 1,5 milhões de Euros em relação a 31 de Dezembro de 2007, destacando-se os seguintes aspectos:

- Diminuição do imobilizado líquido, na ordem dos 908 milhares de Euros, sobretudo por efeito das amortizações do exercício;
- Redução do circulante em cerca de 291 milhares de Euros, devido essencialmente ao decréscimo das dívidas de clientes – c/corrente;
- Diminuição de 308 mil Euros nos acréscimos e diferimentos, resultante da redução verificada nos activos por impostos diferidos.

O capital próprio evidenciou um crescimento na ordem dos 815 milhares de Euros, por efeito do resultado líquido do exercício.

A diminuição evidenciada pelo passivo, na ordem dos 2,3 milhões de Euros, é explicada fundamentalmente pelos seguintes aspectos:

- Decréscimo de 27 mil Euros nas provisões para Riscos e Encargos”;
- Diminuição do endividamento bancário em 418 milhares de Euros;
- Redução de 376 mil Euros nas Dívidas a Fornecedores – c/corrente;
- Decréscimo de 307 milhares de Euros nas Dívidas a Fornecedores de Imobilizado;
- Diminuição de 742 mil € na rubrica Estado e OutrosEntes Públicos;
- Decréscimo de 186 mil Euros nos Acréscimos e Diferimentos.

(Milhares de Euros)			
<b>BALANÇO</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>07/2008</b>
Imobilizado Líquido	9.260	10.168	-907
Créditos M/L Prazo	245	226	20
Circulante	6.525	6.816	-291
Acréscimos e Diferimentos	2.302	2.610	-308
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>18.333</b>	<b>19.819</b>	<b>-1.487</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>8.191</b>	<b>7.376</b>	<b>815</b>
<b>PASSIVO:</b>	<b>10.142</b>	<b>12.444</b>	<b>-2.301</b>
. Provisões p/Riscos e Encargos	110	137	-27
. Médio/Longo Prazo	5.485	6.019	-534
. Curto Prazo	2.604	4.158	-1.554
. Acréscimos e Diferimentos	1.944	2.130	-186
<b>TOTAL</b>	<b>18.333</b>	<b>19.819</b>	<b>-1.487</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

<i>Pág. 34</i>	<i>Balanços em 31 de Dezembro de 2007 e 2006</i>
<i>Pág. 35</i>	<i>Demonstrações dos resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006</i>
<i>Pág. 36</i>	<i>Demonstrações dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006</i>
<i>Pág. 37</i>	<i>Anexo ao Balanço e à demonstração de resultados por natureza</i>
<i>Pág. 48</i>	<i>Demonstração da variação dos fundos circulantes para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007</i>
<i>Pág. 49</i>	<i>Demonstração da origem e da aplicação de fundos para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007</i>
<i>Pág. 50</i>	<i>Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006</i>
<i>Pág. 51</i>	<i>Anexo à Demonstração dos fluxos de caixa – Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes</i>



**LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	EXERCÍCIOS	
		2008	2007
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Materiais diversos	41	97.877,26	104.948,90
Fornecimentos e serviços externos		4.284.068,35	4.499.002,51
Custos com o pessoal:			
Remunerações - Órgãos sociais		146.756,58	155.105,49
Remunerações do pessoal		9.174.678,67	8.511.068,47
Encargos sociais e outros		2.382.867,08	2.080.949,20
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	1.186.917,47	1.000.257,93
Ajustamentos	21	68.859,59	150.147,64
Provisões	34	-	-
Impostos		91.131,55	105.940,05
Outros custos e perdas operacionais		37.656,46	26.371,41
<b>A .....</b>		<b>17.470.813,00</b>	<b>16.633.791,60</b>
Juros e custos similares:			
Juros suportados	45	399.902,89	531.950,94
Diferenças de câmbio desfavoráveis	45	18.788,43	18.680,88
Outros custos e perdas financeiras	45	61.374,08	60.878,46
Diferenças de conversão	45	-	268,30
<b>C .....</b>		<b>480.665,39</b>	<b>611.777,98</b>
Custos e perdas extraordinários	46	17.951.478,40	17.245.569,57
<b>E .....</b>		<b>228.507,27</b>	<b>234.493,93</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	18.179.985,67	17.480.063,51
<b>G .....</b>		<b>395.878,00</b>	<b>341.953,46</b>
Resultado líquido do exercício		18.575.863,67	17.822.016,97
		814.687,86	764.309,43
		<b>19.390.551,53</b>	<b>18.586.326,40</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Prestações de serviços	44	18.911.006,53	18.376.198,90
Trabalhos para a própria empresa		-	-
Proveitos suplementares		12.492,96	13.472,28
Subsídios à exploração	3.g)	50.833,68	24.462,51
Reversões de amortizações e ajustamentos		-	-
Outros proveitos e ganhos operacionais		9.332,02	72.658,66
<b>B .....</b>		<b>18.983.665,19</b>	<b>50.588,84</b>
Outros juros e proveitos similares:			
Juros obtidos	45	19.400,75	3.888,28
Diferenças de câmbio favoráveis	45	21.975,70	6.573,52
Outros proveitos e ganhos financeiros	45	86.147,80	50.202,79
Diferenças de conversão		13.796,09	-
<b>D .....</b>		<b>141.320,34</b>	<b>60.664,59</b>
Proveitos e ganhos extraordinários	46	19.124.985,53	18.487.452,33
<b>F .....</b>		<b>265.566,00</b>	<b>98.874,07</b>
		<b>19.390.551,53</b>	<b>18.586.326,40</b>
Resumo:			
Resultados operacionais: ( B ) - ( A ) =		1.512.852,18	1.792.996,14
Resultados financeiros: ( D - B ) - ( C - A ) =		(339.345,05)	(551.113,99)
Resultados correntes: ( D ) - ( C ) =		1.173.507,13	1.241.882,76
Resultados antes de impostos: ( F ) - ( E ) =		1.210.565,86	1.106.262,89
Resultado líquido do exercício: ( F ) - ( G ) =		814.687,86	764.309,43

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

## LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Nota 52	EXERCÍCIOS	
		2 0 0 8	2 0 0 7
Vendas e prestações de serviços		18.311.006,53	18.376.198,90
Custos das vendas e das prestações de serviços	a)	(11.604.185,74)	(10.584.301,55)
<b>Resultados Brutos</b> .....		<b>7.306.820,78</b>	<b>7.791.897,35</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais		338.224,66	149.462,91
Custos de distribuição	b)	(771.177,83)	(760.110,45)
Custos administrativos	c)	(2.761.796,32)	(2.786.163,40)
Outros custos e perdas operacionais		(2.562.160,38)	(2.737.710,13)
<b>Resultados Operacionais</b> .....		<b>1.549.910,92</b>	<b>1.657.376,28</b>
Custo líquido de financiamento		(339.345,06)	(551.113,39)
<b>Resultados Correntes</b> .....		<b>1.210.565,86</b>	<b>1.106.262,89</b>
Imposto sobre os resultados correntes		(395.879,00)	(341.953,46)
<b>Resultados Correntes Após Impostos</b> .....		<b>814.687,86</b>	<b>764.309,43</b>
Resultados extraordinários		-	-
Imposto sobre os resultados extraordinários		-	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>814.687,86</b>	<b>764.309,43</b>
Resultados por acção		<b>0,38</b>	<b>0,36</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

## ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

### NOTA INTRODUTÓRIA

A LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, constituída em 31 de Julho de 1997 e que tem como actividade principal actuar como agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das actividades referidas, sendo esta actividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação – C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa. Em 31 de Julho de 2007, a Empresa celebrou com o Estado Português um Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, mediante o qual a Empresa assume um conjunto de obrigações, nomeadamente quanto à manutenção de um determinado número de delegações, e é determinada a fórmula de remuneração da Empresa, através de uma indemnização compensatória a ser paga pelo Estado anualmente, em função dos serviços prestados pela Empresa ao abrigo do referido contrato.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

### 3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem as despesas de instalação e as despesas de investigação e de desenvolvimento, encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas

Excepto no que se refere ao “Edifício Lusa”, sito em Lisboa, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	8
Outras imobilizações corpóreas	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a Empresa efectuou uma reavaliação livre das fracções detidas naquela data no “Edifício Lusa”, registadas nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções”, com base em avaliações do seu valor de mercado. Decorrente desta reavaliação a Empresa registou, naquela data, um aumento do activo, líquido de amortizações acumuladas de 1.051.067,42 Euros, bem como uma reserva de reavaliação no mesmo montante.

Como resultado das reavaliações efectuadas (Nota 13), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram aumentadas em 16.627 Euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 662.679 Euros (Nota 13).

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos referem-se ao arquivo de texto e imagem adquirido em 1997 à Agência Lusa de Informação – CIPRL e cujo valor foi determinado naquela data com base numa avaliação do seu valor de mercado. Após aquela data, e até 31 de Dezembro de 2003 as entradas no arquivo foram valorizadas com base no valor da receita futura estimada, e que correspondeu a um valor unitário para os documentos de texto e imagem de, aproximadamente, 0,1196 Euros e 1,20 Euros, respectivamente.

Em 2005 a Empresa procedeu ao abate do arquivo de texto, por ser seu entendimento não existirem expectativas de benefícios económicos futuros, pelo que esta rubrica passou a respeitar apenas ao arquivo de imagem.

O ajustamento para depreciação de existências corresponde a 2% do valor do arquivo de imagem existente no início de cada exercício, conforme recomendado na avaliação supra referida.

e) Ajustamentos de dívidas a receber

Foi constituído um ajustamento para cobranças duvidosas de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na cobrança das contas a receber.

f) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

g) Prestações de serviços (Indemnização compensatória)

A Empresa passou a registar a indemnização compensatória que lhe é atribuída para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Público celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., na rubrica de “Prestações de serviços” do exercício a que dizem respeito, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios (Nota 3.f)). Até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a indemnização compensatória era registada na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados por naturezas e na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da demonstração dos resultados por funções.

h) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer

activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

i) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras de delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados financeiros. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada, considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os activos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

j) Subsídios ao investimento de imobilizações

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento da aquisição de imobilizações, são registados como proveitos diferidos (Nota 50), na rubrica de acréscimos e diferimentos e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

l) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua actividade.

m) Delegação do Brasil

Apesar de as operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (“Lusa Brasil”) e formalmente independente da Empresa, no entendimento desta, aquela entidade na substância corresponde efectivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir os requisitos específicos da legislação Brasileira. Consequentemente, a Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil.

n) Subsídios à exploração

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para fazer face às operações desenvolvidas pela Empresa, são registadas como proveitos na demonstração dos resultados na rubrica “Subsídios à Exploração” do exercício a que corresponde a sua atribuição independentemente do momento do seu pagamento.

#### 4. COTAÇÕES UTILIZADAS

O valor das dívidas a Terceiros e destes à Lusa, em 31 de Dezembro, foi actualizado, quanto às representadas em moeda estrangeira, com base nas cotações nessa data e indicadas pelo Banco de Portugal.

Idêntico foi o critério seguido para a valorimetria das disponibilidades existentes na mesma data em moeda estrangeira.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Sucursal do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica.

Assim, e com base nesse método, temos que as taxas de câmbio utilizadas foram as seguintes:

	Euros	
Taxas Históricas:	2007	2008
Janeiro	0,355644071	0,385163502
Fevereiro	0,363015936	0,384231153
Março	0,357053594	0,389044507
Abril	0,368976459	0,364272184
Mai	0,361363061	0,390808191
Junho	0,38436407	0,394788788
Julho	0,384260682	0,394150802
Agosto	0,386757426	0,410627027
Setembro	0,370782351	0,416475782
Outubro	0,374335554	0,372731
Novembro	0,395710498	0,355922551
Dezembro	0,381985561	0,33845529
Taxa de fecho	0,381985561	0,33845529
Taxa média do ano	0,373687439	0,383055898

## 6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada até 1,5% pela aplicação da Derrama, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2005 a 2008 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que, apesar de existirem práticas contabilísticas cujo enquadramento fiscal adoptado poderá ter uma interpretação diversa por parte da Administração fiscal, as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2007 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 4.935.049 Euros, e são reportáveis até ao exercício de 2009. No entanto e tendo por base os instrumentos previsionais de gestão respeitantes a 2008 e 2009, a Empresa tem a expectativa de utilizar apenas parte dessa verba, pelo que procedeu ao desreconhecimento da restante, no montante de 2.228.720 Euros. Em 31 de Dezembro de 2008 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam, aproximadamente, 1.449.768 Euros, reportáveis até ao exercício de 2009.

A partir de 1 de Janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviços com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa legal.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, 2.600.000 Euros (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efectuadas em sede de IVA a determinadas transacções ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento, não tendo para aquele efeito constituído qualquer provisão. Na data de preparação destas demonstrações financeiras ainda não é conhecido o desfecho desta situação.

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.h), o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo de imposto, para além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, é registado directamente nestas não afectando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são actualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida directriz, são apenas reconhecidos activos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos foi considerado o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis gerados nos exercícios anteriores que se consideram recuperáveis no período legal para a sua dedução.

a) Reconciliação da taxa de imposto

Resultado antes de impostos	1.210.565,86
Taxa nominal de imposto	26,5%
	-----
Débito de imposto esperado	320.799,95
Diferenças permanentes (i)	7.782,39
Ajustamentos à colecta (ii)	67.295,66
	-----
Imposto sobre o rendimento do exercício	395.878,00
	=====
Imposto corrente (Nota 49)	86.144,07
Imposto diferido gerado no exercício	309.733,93
	-----
	395.878,00
	=====

(i) Em 31 de Dezembro de 2008, este montante tinha a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	19.632,19
Outras situações líquidas	9.735,31
	-----
	29.367,50
Taxa nominal de imposto	26,5%
	-----
	7.782,39
	=====

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

b) Movimento dos impostos diferidos

Rubricas	Saldo inicial	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos activos:			
Prejuízos fiscais reportáveis	676.582,25	(314.140,19)	362.442,06
Provisões não aceites fiscalmente	1.099,11		1.099,11
	677.681,36	(314.140,19)	363.541,17
Impostos diferidos passivos:			
Reservas de reavaliação	244.119,77	(4.406,26)	239.713,51

## 7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o número médio de pessoal foi de 270 empregados.

## 8. DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, tendo por base o acordo de extinção com a Pararede do contrato de fornecimento de *hardware*, *software* e de prestação de serviços para a implementação da “Solução Global da Redacção”, de 2 de Janeiro de 2006, foram transferidas de imobilizado em curso para esta rubrica as despesas incorridas com as consultorias jurídica e de gestão do projecto, por existir a convicção da Empresa de que aquelas consultorias permitirão obter benefícios económicos futuros, nomeadamente com o desenvolvimento e implementação do novo projecto para a Redacção (Luna, implementado em 2007). No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, as despesas de investigação e desenvolvimento ficaram completamente amortizadas.

## 10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

## Activo bruto

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Tranferências e abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Despesas de instalação	212.472,78	-	-	-	212.472,78
Despesas de investigação e desenvolvimento	633.757,75	-	-	-	633.757,75
	846.230,53	-	-	-	846.230,53
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Terrenos e recursos naturais	1.642.185,02	-	-	-	1.642.185,02
Edifícios e outras construções	7.721.413,22	-	-	-	7.721.413,22
Equipamento básico	4.317.513,51	91.286,52	-	(16.455,29)	4.392.344,73
Equipamento de transporte	378.733,60	26.747,83	(77.938,11)	-	327.543,32
Ferramentas e utensílios	6.180,10	163,01	-	(0,01)	6.343,10
Equipamento administrativo	497.640,02	3.405,49	-	(3.028,29)	498.017,22
Outras imobilizações corpóreas	2.194.746,38	169.763,18	-	(3.494,31)	2.361.015,25
	16.758.411,84	291.366,03	(77.938,11)	(22.977,91)	16.948.861,85
<b>Imobilizações em curso:</b>	48.101,50	-	-	-	48.101,50
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Títulos e outras aplicações financeiras	80.000,14	-	-	-	80.000,14
	80.000,14	-	-	-	80.000,14

## Amortizações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>				
Despesas de instalação	212.472,78	-	-	212.472,78
Despesas de investigação e desenvolvimento	439.704,47	194.053,28	-	633.757,75
	652.177,25	194.053,28	-	846.230,53
<b>Imobilizações corpóreas:</b>				
Edifícios e outras construções	1.322.683,33	161.812,28	0,00	1.484.495,61
Equipamento básico	3.545.201,73	378.980,64	(11.471,89)	3.912.710,48
Equipamento de transporte	309.503,83	35.940,31	(72.563,04)	272.881,10
Ferramentas e utensílios	6.180,10	163,01	(0,01)	6.343,10
Equipamento administrativo	449.983,51	21.156,27	(2.486,62)	468.653,16
Outras imobilizações corpóreas	1.279.170,24	394.811,68	(2.466,62)	1.671.515,30
	6.912.722,74	992.864,19	(88.988,18)	7.816.598,75

As rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” englobam o custo de aquisição reavaliado (Nota 3.b)) e respectivas benfeitorias das fracções do “Edifício Lusa”, as quais foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de 2.982.811 Euros, de acordo com o Auto de Cessão da Direcção-Geral do Património de 25 de Novembro de 1997 e de acordo com a Portaria n.º 995/97 de 26 de Novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de Março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

Em 31 de Dezembro de 2008 o valor líquido reavaliado das referidas fracções ascende a 6.236.918 Euros (Nota 13).

### 13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2008, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

	<b>Custos históricos</b>	<b>Reavaliações</b>	<b>Valor contabilístico reavaliado</b>
Terrenos e recursos naturais	1.422.486,99	219.698,03	1.642.185,02
Edifícios e outras construções	5.574.238,13	662.679,48	6.236.917,61
	6.996.725,11	882.377,51	7.879.102,63

Como resultado da reavaliação livre (Nota 3.b)), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram aumentadas em 16.627 Euros. Este montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, 662.679 Euros cujo montante não é aceite como custo para efeitos fiscais.

## 14. IMOBILIZAÇÕES LOCALIZADAS NO ESTRANGEIRO

Em 31 de Dezembro de 2008, existiam localizadas no estrangeiro as seguintes imobilizações corpóreas:

Edifícios e outras construções	817.054,68
Equipamento básico	282.884,03
Equipamento de transporte	223.133,65
Ferramentas e utensílios	457,31
Equipamento administrativo	124.046,62
Outras imobilizações corpóreas	-
	<u>1.447.576,29</u>

Estas imobilizações corpóreas estão afectas às delegações da Empresa (Nota Introdutória).

## 15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2008, os bens adquiridos em regime de locação financeira são como segue:

	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Activo líquido
Edifícios e outras construções	2.203.388,65	395.087,09	1.808.301,56
Equipamento básico	1.474.566,13	1.191.390,46	283.175,67
Equipamento de transporte	103.320,99	103.320,99	-
Equipamento administrativo	92.651,91	89.411,32	3.240,59
	<u>3.873.927,68</u>	<u>1.779.209,86</u>	<u>2.094.717,82</u>

Conforme indicado na Nota 3.c), a Empresa regista pelo método financeiro os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira. Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa registou na rubrica "Fornecedores de imobilizado – conta corrente" 241.100 Euros correspondente à conta a pagar às locadoras, dos quais 80.373 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Em 31 de Dezembro de 2008, as responsabilidades da Empresa como locatária, relativas a rendas vincendas, excluindo juros, em contratos de locação financeira, são como segue:

2009	160.727,10
2010	53.496,07
2011	26.877,06
	<u>80.373,13</u>
	<u>241.100,23</u>
	=====

## 21. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante foram os seguintes:

## Activo bruto

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
<b>Existências:</b>				
Matérias primas, subs. e de consumo	22.385,71	2.361,31	-	24.747,02
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos:				
Documentos em arquivo - texto (Notas 3.d) e 40))	-	-	-	-
Documentos em arquivo - imagem	2.958.200,43	-	-	2.958.200,43
	<b>2.980.586,14</b>	<b>2.361,31</b>	<b>-</b>	<b>2.982.947,45</b>
<b>Dívidas de terceiros:</b>				
Clientes - C/Corrente	2.475.035,76	-	(169.180,69)	2.305.855,07
Clientes de cobrança duvidosa	1.137.951,28	34.788,50	-	1.172.739,78
Adiantamentos a fornecedores	640,01	1.598,59	-	2.238,60
Estado e outros entes públicos	196.365,33	-	(2.875,93)	193.489,40
Fornecedores - C/Corrente	445,45	87,60	-	533,05
Outros devedores:				
Pessoal	51.390,71	7.868,77	-	59.259,48
Devedores diversos	236.349,52	2.666,47	(5.279,15)	233.736,83
	<b>4.098.178,06</b>	<b>47.009,93</b>	<b>(177.335,77)</b>	<b>3.967.852,22</b>

## Ajustamentos

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções / Reversões	Utilizações	Saldo final
Ajustamentos de existências	550.511,82	59.163,96	-	-	609.675,78
Ajustamentos de dívidas a receber:					
Clientes	1.056.106,71	9.695,63	-	-	1.065.802,34
Outras dívidas de terceiros	287,60	-	-	-	287,60
	<b>1.606.906,13</b>	<b>68.859,59</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.675.765,72</b>

## 23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2008, existiam dívidas de cobrança duvidosa registadas nas rubricas de “Clientes, conta corrente” e “Outros devedores” de 1.172.740 Euros e 424 Euros, respectivamente, que se encontravam provisionados em 1.065.802 Euros e 288 Euros, respectivamente.

## 25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

Saldos devedores	59.259,48
Saldos credores	19.661,10

## 28. DÍVIDAS EM MORA COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Através de requerimento apresentado em 10 de Fevereiro de 1998, a Empresa efectuou o pedido de adesão ao Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto tendo o mesmo sido deferido por despacho de 4 de Maio de 1998, relativamente às dívidas de IVA do ano de 1992 e posteriormente de 1993, e que em 31 de Dezembro de 2008 ascendem a 46.387 Euros, dado a Empresa ter assumido as responsabilidades fiscais da Agência Lusa de

Informação – C.I.P.R.L.. Nos termos do plano de pagamentos reformulado em 3 de Novembro de 1999, esta dívida será paga em 9 prestações mensais de 5.154 Euros cada, até Setembro de 2009.

### 30. GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

A Empresa assumiu, junto do Banco BPI, SA, a obrigação de não alienação ou constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre os bens imóveis que a qualquer momento integrem o seu património, sem prévia autorização por escrito desta instituição financeira.

### 31. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS E NÃO REFLECTIDAS NO BALANÇO

Como referido na Nota 10, caso a Empresa altere a utilização dada às fracções do “Edifício Lusa” cedidas pelo Estado, este poderá ordenar a sua reversão para o domínio privado do Estado, sem direito a reembolso ou indemnização pelos montantes pagos e benfeitorias realizadas pela Empresa.

### 32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Clientes	57.881,48
Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”) (a)	488.856,85
Direcção-Geral dos Impostos (b)	3.710.950,00
	-----
	4.257.688,33
	=====

(a) Esta garantia respeita ao Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (“SIME”) celebrado em 24 de Julho de 2001 com o IAPMEI, e destina-se a garantir o cumprimento do referido contrato, nomeadamente o reembolso dos incentivos nele previstos.

(b) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 6).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 48) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

### 34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisões para outros riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	137.422,01	-	(27.446,05)	109.975,96

A provisão registada na rubrica “Provisão para outros riscos e encargos” destina-se a cobrir as perdas estimadas em processos judiciais em curso no Tribunal do Trabalho e foi determinada com base no julgamento que deles fez o Conselho de Administração e nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho.

## 36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 acções com o valor nominal de 2,5 Euros, cada.

## 37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de Dezembro de 2008:

Nome	%	Montante
DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO	50,14	2.670.000,00
CONTROLINVESTES MEDIA SGPS, S.A.	23,36	1.243.550,00
IMPRESA – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.	22,35	1.190.160,00

## 40. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi como segue:

	Saldo inicial	Impostos diferidos (Nota 6)	Aumentos	Aplicação de resultados	Regularizações	Saldo final
Capital	5.325.000,00	-	-	-	-	5.325.000,00
Reservas de reavaliação	764.168,54	4.406,26	-	-	-	768.574,80
Reservas legais	232.671,14	-	-	38.215,47	-	270.886,61
Resultados transitados	289.817,32	(4.406,26)	-	726.093,96	-	1.011.505,02
Resultado líquido do exercício	764.309,43	-	814.687,86	(764.309,43)	-	814.687,86
	<u>7.375.966,43</u>	<u>-</u>	<u>814.687,86</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.190.654,30</u>

**Reserva de reavaliação:** Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada com base em avaliações técnicas de peritos (Nota 3.b)). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

De acordo com a deliberação da Assembleia-Geral Extraordinária da Sociedade, realizada em 30 de Novembro de 2006, foi efectuada a redução do Capital Social de 10.650.000,00 Euros para 5.325.000,00 Euros destinada a cobertura de prejuízos.

Por deliberação da Assembleia-Geral, realizada em 25 de Março de 2008, os resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram transferidos para as rubricas de "Resultados transitados" e "Reservas legais".

## 41. CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi determinado como segue:

	Matérias-primas,
	subsidiárias
	<u>e de consumo</u>
Existências iniciais	22.385,71
Compras	100.681,01
Regularização de existências	( 442,44 )
Existências finais	( 24.747,02 )
	-----
	97.877,26
	=====

## 43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram de:

Conselho de Administração	119.418,54
Conselho Fiscal	26.623,08
Assembleia Geral	714,96
	-----
	146.756,58
	=====

## 44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 distribuem-se por mercado geográfico da seguinte forma:

Mercado nacional	18.517.083,30
Mercado externo	393.923,23
	-----
	18.911.006,53
	=====

## 45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	399.902,89	531.950,34
Diferenças de câmbio desfavoráveis	18.788,43	18.680,88
Outros custos e perdas financeiras	61.974,08	60.878,46
Diferenças de conversão cambial (Nota 3.i))	-	268,30
	-----	-----
Resultados financeiros	480.665,39 ( 339.345,05 )	611.777,98 ( 551.113,39 )
	-----	-----
	141.320,34	60.664,59
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	19.400,75	3.888,28
Diferenças de câmbio favoráveis	21.975,70	6.573,52
Desconto de pronto pagamento obtidos	37.606,29	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	48.541,51	50.202,79
Diferenças de conversão cambial (Nota 3.i))	13.796,09	-
	-----	-----
	141.320,34	60.664,59
	=====	=====

## 46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 têm a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	-	500,00
Dívidas incobráveis	30.044,86	-
Perdas em existências	441,72	932,53
Perdas em imobilizações	19,50	348,75
Multas e penalidades	157,23	386,00
Indemnizações pagas ao pessoal	-	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	131.732,10	190.930,58
Outros custos e perdas extraordinários	66.111,86	41.396,07
	-----	-----
	228.507,27	234.493,93
Resultados extraordinários	37.058,73	( 135.619,86 )
	-----	-----
	265.566,00	98.874,07
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em existências	-	-
Ganhos em imobilizações	19.433,55	7.691,85
Reduções de provisões (Nota 34)	27.446,05	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	153.068,59	33.919,69
Outros proveitos e ganhos extraordinários	65.617,81	57.262,53
	-----	-----
	265.566,00	98.874,07
	=====	=====

## 48. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	<u>2008</u>		<u>2007</u>	
	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
<u>Empréstimos bancários:</u>				
Empréstimos internos	413.083,32	5.404.596,96	413.083,29	5.817.680,31
Empréstimos externos	4.390,82	-	4.372,80	4.415,76
Contas correntes caucionadas	-	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	417.474,14	5.404.596,96	417.456,09	5.822.096,07
<u>Outros empréstimos obtidos (a)</u>	3.118,13	-	246.218,41	-
	-----	-----	-----	-----
	420.592,27	5.404.596,96	663.674,50	5.822.096,07
	=====	=====	=====	=====

(a) A rubrica “Outros Empréstimos Obtidos” respeita a um incentivo financeiro reembolsável previsto no Contrato de Concessão de Incentivos Financeiros, celebrado em 24 de Julho de 2001 com o IAPMEI, no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (“SIME”). O saldo em dívida a 31 de Dezembro de 2008 será reembolsado em 2009.

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos bancários tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

2009	417.474,14
2010	387.305,46
2011	5.017.291,50
	-----
	5.822.071,10
	=====

Em 31 de Dezembro de 2008, os empréstimos bancários venciam juros a taxas anuais compreendidas entre a Euribor a 1 mês acrescida de 0,5% e a Euribor a 3 meses acrescida de 3%, e estavam garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os créditos bancários obtidos e não sacados ascendiam 16.210.968 Euros, em ambos os exercícios.

#### 49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

##### Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Pagamentos por conta	181.564,59
Retenções na fonte	11.924,81
	-----
	193.489,40
	=====

##### Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	231.939,87
Imposto sobre o Valor Acrescentado	777.800,85
Imposto sobre o Valor Acrescentado – Plano Mateus (Nota 28)	46.386,96
Contribuições para a Segurança Social	103.457,99
Caixa de previdência dos jornalistas	304.135,93
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Estimativa de imposto (Nota 6)	86.144,07
Outros	6.654,47
	-----
	1.556.520,14
	=====

#### 50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

##### Acréscimos de proveitos:

Prestações de serviços	3.560,00
Subsídio relativo às delegações de Jacarta, Díli, Macau e Pequim (a)	1.629.204,45
Outros	( 8.775,29 )
	-----
	1.623.989,16
	=====

##### Custos diferidos:

Juros vincendos	14.569,57
Outros	299.845,10
	-----
	314.414,67
	=====

##### Acréscimos de custos:

Remunerações a liquidar	1.493.934,46
Outros	207.044,60
	-----
	1.700.979,06
	=====

##### Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.j))	-
Outros	3.094,86
	-----
	3.094,86
	=====

- (a) Este montante respeita à comparticipação a receber pela Empresa pela manutenção de delegações em Jacarta, Dili, Macau e Pequim nos anos de 1999 e 2000, e que a partir de 2001 passaram a integrar o Contrato de Prestação de Serviço Público, conforme Ofício nº 1530/00 de 31 de Outubro de 2000 do Gabinete do Secretário de Estado da Comunicação Social.

## 51. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2008, encontram-se a decorrer contra a Empresa diversas acções interpostas por terceiros, que reclamam um total de 3.204.166 Euros (incluindo o processo em sede de IVA descrito na Nota 6), cujos montantes e desfechos não são conhecidos à data de preparação das demonstrações financeiras. Na opinião do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, não se prevê que dessas acções venham a resultar responsabilidades de valores significativos, que não se encontrem cobertas por provisões registadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 (Nota 34).

## 52. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, na elaboração desta demonstração, foram seguidos os seguintes critérios:

- a) A rubrica “Custo das prestações de serviços” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui diversas rubricas da demonstração de resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos”, “Custo das existências vendidas, consumidas ou exibidas” e “Custos com o pessoal”.
- b) A rubrica “Custo de distribuição” da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos” e “Custos com o pessoal” relacionadas com a área comercial.
- c) A rubrica de “Custos administrativos” da DRF inclui diversas rubricas da DRN, nomeadamente: “Fornecimentos e serviços externos” e “Custos com o pessoal” relacionadas com a área administrativa e financeira.

## 53. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os componentes de caixa e seus equivalentes tinham a seguinte composição:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caixa	55.566,37	69.620,65
Depósitos à ordem	330.014,15	210.107,27
Depósitos a prazo	1.110.000,00	1.290.000,00
	-----	-----
	1.495.580,53	1.569.727,92
	=====	=====

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DA ORIGEM E DA APLICAÇÃO DE FUNDOS  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

<b>O R I G E M</b>		<b>A P L I C A Ç Ã O</b>	
<b>Internas:</b>		<b>Diminuição dos capitais próprios:</b>	
Resultado líquido	814.687,86	Capital	-
Amortizações do exercício	1.186.917,47	Prémios de emissão de acções	-
Regularização de amortizações	1,13	Reservas	-
Variação de provisões e de ajustamentos:	9.695,63	Resultados transitados	4.406,26
Ajustamentos de dívidas a receber	59.163,96		
Ajustamentos de existências	(27.446,05)	<b>Movimentos financeiros a Médio e Longo Prazo:</b>	
Provisões para processos judiciais em curso	2.043.020,00	<b>Aumentos das dívidas de terceiros a médio e longo prazo:</b>	
		Clientes de cobrança duvidosa	34.768,50
<b>Externas:</b>		Outros devedores e credores	-
<b>Aumentos dos capitais próprios:</b>			
Reservas	4.406,26		
Resultados transitados	-		
<b>Movimentos financeiros a médio e longo prazo:</b>		<b>Diminuições das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:</b>	
<b>Diminuições das dívidas de terceiros a médio e longo prazo:</b>		Empréstimos bancários	417.489,11
Outros Devedores e Credores	-	Fornecedores de Imobilizado - C/Corrente	69.821,87
<b>Aumentos das dívidas a terceiros a médio e longo prazo:</b>		Estado e outros entes públicos	46.386,96
Empréstimos bancários	5.279,15		
<b>Diminuições de Imobilizações:</b>		<b>Aumentos de Imobilizações:</b>	
Alienações e abates:	-	Imobilizado incorpóreo:	-
Imobilizado corpóreo:	-	Despesas de investigação e desenvolvimento	-
Equipamento básico	4.983,41	Imobilizado corpóreo:	-
Equipamento de transporte	5.374,96	Equipamento básico	81.266,52
Equipamento administrativo	540,67	Equipamento de transporte	26.747,83
Outras Imobilizações corpóreas	1.027,69	Ferramentas e utensílios	163,01
		Equipamento administrativo	3.405,49
		Outras Imobilizações corpóreas	169.763,20
		Imobilizações em curso:	291.366,05
			-
		<b>Aumento dos Fundos Circulantes:</b>	
			1.200.363,40
			<b>2.064.632,15</b>

O Técnico de Contas,

O Conselho de Administração,

## LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	EXERCÍCIOS	
	2008	2007
<b>Actividades operacionais:</b>		
Recebimentos de clientes	19.127.888,41	17.724.207,42
Pagamentos a fornecedores	(4.985.172,48)	(4.413.366,73)
Pagamentos ao pessoal	(11.660.408,26)	(10.611.691,20)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>	<b>2.482.307,66</b>	<b>2.699.149,49</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(86.144,07)	(61.274,20)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional	(879.827,53)	4.939.579,46
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>1.516.336,06</b>	<b>7.577.454,75</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	265.566,00	98.874,07
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(228.507,27)	(234.493,93)
<b>Fluxos das Actividades Operacionais (1)</b>	<b>1.553.394,79</b>	<b>7.441.834,88</b>
<b>Actividades de investimento:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Investimentos financeiros	-	-
Imobilizações corpóreas	8.487,57	2.669,15
Imobilizações incorpóreas	-	-
Juros e proveitos similares	19.400,75	3.888,28
Dividendos	-	-
Outros	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Investimentos financeiros	-	-
Imobilizações corpóreas	(263.434,10)	(780.502,93)
Imobilizações incorpóreas	-	-
Outros	-	-
<b>Fluxos das Actividades de Investimento (2)</b>	<b>(235.545,78)</b>	<b>(773.945,50)</b>
<b>Actividades de financiamento:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos obtidos	-	484.611,52
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	-	-
Subsídios e doações	-	-
Venda de acções (quotas) próprias	-	-
Outros	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos obtidos	(660.581,34)	(5.114.292,27)
Amortização de contratos de locação financeira	(331.512,18)	(384.966,67)
Juros e custos similares	(399.902,89)	(531.950,34)
Dividendos	-	-
Redução de capital e prestações suplementares	-	-
Aquisição de acções (quotas) próprias	-	-
Outros	-	-
<b>Fluxos das Actividades de Financiamento (3)</b>	<b>(1.391.996,41)</b>	<b>(5.546.597,76)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(74.147,40)	1.121.291,62
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.569.727,92	448.436,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.495.580,53	1.569.727,92

O Técnico de Contas,

O Conselho de Administração,

O anexo faz parte integrante da demonstração da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2008.

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	Euros	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Numerário:	55.566,37	69.620,65
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis:	1.440.014,15	1.500.107,27
Equivalentes a caixa:		
Caixa e seus equivalentes		
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço:	1.495.580,53	1.569.727,92

3. INFORMAÇÃO RESPEITANTE À ACTIVIDADE FINANCEIRA NÃO MONETÁRIA

## a) Montante dos créditos bancários obtidos e não sacados

	Euros	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Montante dos créditos bancários obtidos e não sacados:	16.210.968,46	16.210.968,46

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 14. PERSPECTIVAS FUTURAS

Nada de importante se verificou, neste último ano, que permita alterar substancialmente as perspectivas da Agência para os tempos mais próximos. Apenas se sublinham algumas das enunciadas no anterior relatório: a **LUSA** acentuará a sua situação de poderosa plataforma de conteúdos multimédia, visando as necessidades dos mercados tradicionais e, cada vez mais, do mercado digital e de todos os outros agentes e dos cidadãos, nos termos dos seus objectivos estratégicos e do contrato de serviço público.

Parece inquestionável, por isso, a linha definida nos últimos anos, quantos aos objectivos estratégicos da Agência: prosseguir a sua recuperação económico-financeira e manter resultados operacionais e líquidos positivos; desenvolver novas áreas de negócio e aceder às tecnologias que a mantenham em paralelo com a evolução dos tempos e dos mercados; e manter a sua presença e afirmação no mundo lusófono e nas comunidades portuguesas, como factor de defesa e de fortaleza da língua comum a cerca de 250 milhões de cidadãos do mundo.

## **15. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Para o Resultado Líquido do Exercício de 2008, no montante de € 814.687,86, o Conselho de Administração propõe:

- a) Nos termos do nº 1 do Artigo. 295º do Código das Sociedades Comerciais, a transferência de 40.734,39 Euros para Reservas Legais;
- b) A transferência de 773.953,47 Euros para Resultados Transitados.

## **B. RELATÓRIO DE GOVERNO DA SOCIEDADE**

No cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, o Conselho de Administração presta informação, neste anexo que faz parte integrante do Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2008, dos aspectos mais salientes relativos ao Governo da Sociedade, conformes com as orientações emanadas da Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças.

### **Enquadramento regulamentar**

Além da legislação em geral aplicável às sociedades comerciais e do regime jurídico do sector empresarial do Estado, a LUSA está sujeita a regulamentos próprios pelo facto de se inserir no sector da Comunicação Social. As principais referências regulamentadoras são descritas na secção 6 do relatório de gestão (*pág. 12*)

### **Posicionamento**

Nas secções correspondentes do relatório de gestão são expostos em detalhe os objectivos estratégicos, o posicionamento, a visão, a missão e os valores que guiam a actividade da LUSA.

### **Objectivos do exercício de 2008**

Os objectivos para o exercício de 2008 foram fixados no Plano de Actividades.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais objectivos de curto prazo, definidos para o exercício e para o triénio 2006-08, nomeadamente a revisão do contrato de serviço público, a reestruturação das actividades de manutenção de sistemas e a entrada em produção do novo sistema integrado de produção, distribuição e arquivo de conteúdos e de gestão de clientes e serviços noticiosos.

Consideram-se também genericamente realizados os restantes principais objectivos traçados para o exercício, nomeadamente:

- Manter a credibilidade e a importância nacional da Agência, enquanto grossista da informação noticiosa e plataforma da circulação dessa informação em Portugal e no mundo lusófono.

- Melhorar a organização e o funcionamento qualitativo das diversas direcções da empresa.
- Manter uma política e uma acção comercial e de marketing pró-activas em direcção a novos nichos de mercado de OCS tradicionalmente considerados menos relevantes, ao mundo empresarial, da cultura e de outras áreas da sociedade.
- Manter a aposta na fidelização dos clientes, apesar da conjuntura adversa do mercado da comunicação social, e procurar abrir espaço de mercado para os seus produtos em outras áreas.

Tiveram menor concretização, ou esperam melhor oportunidade em função das condições de mercado, alguns outros objectivos traçados para o exercício, nomeadamente:

- Dar execução ao projecto de criação de um serviço especializado na área da economia e dos negócios, vocacionado para o território português e também para o mundo lusófono, estabelecendo para isso e se necessário parcerias com entidades públicas e/ou privadas.
- Alargar a acção de Agência difusora de informação noticiosa ao de plataforma de circulação de informação.

Devido à demora na negociação com os sindicatos, atrasou-se a substituição do acordo de empresa, que no entanto já foi objecto de um *acordo de princípio* e deverá ser efectiva nos primeiros meses de 2009, objectivo a que se associa o desenvolvimento de um plano de formação a médio prazo.

### **Transacções relevantes com entidades relacionadas**

A LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S. A. tem uma participação na EPA - European Pressphoto Agency de quatro acções no valor nominal de €20.000 cada, que representam 1,95% do capital. Não se verificaram transacções relevantes.

### **Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços.**

Todas as aquisições são objecto de um processo de compra organizado pelo Serviço de Compras e Económico, integrado na Direcção Administrativa e Financeira.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores.

Para aquisições de valor igual ou superior a €500 é obrigatória a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores.

### **Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado**

Não ocorreram.

### **Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de esta percentagem ultrapassar 1M€)**

- Apenas um fornecedor teve vendas à LUSA cujo valor ultrapassava simultaneamente os 5% do total de fornecimentos e serviços externos e um valor de vendas superior a 1M€: a PT Prime, com prestação de serviços de comunicações e alojamento e manutenção de sistemas avaliada em 1.057.660,27.

### **Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais**

Os actuais corpos sociais da LUSA foram eleitos em Assembleia-geral de Accionistas realizada no dia 31 de Março de 2006.

O Conselho de Administração foi eleito em assembleia-geral de accionistas e dele fazem parte um presidente, que desempenha também as funções de administrador delegado e é o único membro executivo; um vice-presidente e cinco vogais, não executivos;

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, sendo um deles Revisor Oficial de Contas;

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

É a seguinte a identificação de todos os membros dos órgãos sociais para o mandato correspondente ao triénio 2006-2008, respectivas funções e responsabilidades no âmbito da empresa.

### **Assembleia Geral**

Presidente: Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa.

Vice-Presidente: Dr. José Manuel Pessoa Amorim Durão.

Secretária: Dra. Maria Teresa Gonçalves Ribeiro

### **Conselho de Administração**

Presidente (Administrador Delegado): Dr. José Manuel dos Reis Barroso.

Vice-Presidente: Prof. Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso.

Vogal: Dr. José Clemente Gomes.

Vogal: Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro.

Vogal: Dr. Amável Afonso Barata Camões.

Vogal: Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira.

Vogal: Dra. Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado.

Não foram constituídas comissões especializadas integrando membros do Conselho de Administração.

### **Conselho fiscal**

Presidente: Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres.

Vogal: Dr. João António Oliveira Pires.

ROC Efectivo: Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda.

## **6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais**

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.ºs 49/2007, de 28 de Março, e, nomeadamente, em cumprimento com o n.º 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 155/2005, apresenta-se o elenco completo das remunerações principais e acessórias, incluindo todos os complementos remuneratórios em dinheiro ou em espécie auferidos pelos membros dos órgãos sociais em 2008, que respeitam os valores estabelecidos pela Comissão de Fixação de Remunerações da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A., em reunião realizada no dia 18 de Setembro de 2006.

### **Mesa da Assembleia Geral**

Teresa Isabel Carvalho Costa, Presidente: € 275,22.

José Manuel Pessoa Amorim Durão, Vice-Presidente: €219,87.

Maria Teresa Gonçalves Ribeiro, Secretária: € 219,87.

### **Conselho de Administração**

José Manuel dos Reis Barroso, Presidente (Administrador Delegado): € 89.298,63.

Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso, Vice-Presidente: € 4.900,00.

José Clemente Gomes, Vogal: € 3.900,00.

Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, Vogal: € 4.200,00.

Amável Afonso Barata Camões, Vogal: €3.300,00.

Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira, Vogal: €4.800,00.

Maria Margarida Zapico Ruivo Baptista de Carvalho Salgado, Vogal: € 4.500,00.

### **Conselho Fiscal**

Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres, Presidente: €14.789,86.

João António Oliveira Pires, Vogal: €11.833,22.

Vítor Almeida & Associados, SROC, Lda., ROC Efectivo: €15.750,00.

O presidente do Conselho de Administração, Dr. José Manuel dos Reis Barroso recebeu, ainda, ajudas de custo no montante de € 4.519,91, no âmbito de deslocações efectuadas ao serviço da empresa e as despesas com a viatura de serviço que lhe está afectada foram de € 6.838,07 (viaturas contratadas em Fevereiro de 2005 e em Abril de 2008 ao abrigo de contrato sucessivos de aluguer operacional ambos com a duração de três anos). O preço de venda ao público da actual viatura era, à data do início do contrato de aluguer, de € 25.523,71.

O PCA tem atribuído um *plafond* anual de 2400 litros de combustível, tendo consumido 1.715,78,10, a que correspondeu a despesa de € 2.436,53. As despesas efectuadas com o cartão de crédito da empresa no exercício das suas funções, em 2008, ascenderam a €15.717,01.

O regime de previdência aplicável é o do Regime Geral da Segurança Social.

### **Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental**

O Conselho de Administração manteve o rumo prosseguido nos exercícios anteriores visando a recuperação económica e financeira da sociedade, alicerçada no rigor da

gestão, na contenção de custos e no aumento de proveitos.

O Plano de Actividades definiu um conjunto de objectivos principais para o exercício de 2008, traçou acções a médio e curto prazo e precisou os objectivos sectoriais para as diferentes áreas de estrutura da Agência.

O Conselho de Administração considera que foram plenamente atingidos os principais objectivos de curto prazo, definidos para o exercício que ora finda, conforme exposto na secção 7 do relatório de gestão. Consideram-se também genericamente realizados os restantes principais objectivos traçados para o exercício e para o triénio 2006-08.

Tiveram menor concretização, ou esperam melhor oportunidade em função das condições de mercado, alguns outros objectivos traçados para o exercício, conforme exposto nas secções correspondentes do relatório de gestão.

### **Responsabilidade social**

Durante o ano de 2008 a LUSA patrocinou estágios curriculares para cerca de 50 finalistas de cursos de licenciatura, a maioria de comunicação social ou jornalismo, na sequência de protocolos firmados com diversas instituições do ensino universitário e politécnico.

A LUSA mantém um protocolo com a CAIS – Associação de Solidariedade Social, desde 1 de Janeiro de 2007, através do qual, nomeadamente, garante apoio à instituição na edição da revista Cais com cedência gratuita de fotografias, notícias e reportagens; colaboração na implementação da Agência de Comunicação CAIS e na produção de conteúdos de uma revista de actualidade.

No seu portal de notícias e no *site* que mantém no Brasil a Agência disponibiliza um serviço de notícias aberto ao público em geral visando uma informação de base sobre a actualidade nacional e internacional, conforme reportado na secção 10 do relatório de gestão.

### **Avaliação sobre o grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo**

A LUSA adopta os princípios de Bom Governo e cumpre as disposições da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, sobre esta matéria.

## **9. Código de Ética**

O Conselho de Administração ratificou na sua reunião de 19 de Dezembro de 2008 um projecto de Código de Ética, já anteriormente aprovado na generalidade, que se pretende seja a referência básica de conduta da comunidade humana de trabalho que constitui a empresa e no relacionamento desta com a comunidade social. Nesta se integram, nomeadamente, os destinatários últimos dos seus serviços noticiosos, os cidadãos em geral, os seus clientes e fornecedores e demais entidades com as quais a empresa se relaciona.

O respeito pelo Código Deontológico dos Jornalistas pauta a actuação do corpo de jornalistas que integra a Agência.

Está actualmente em fase de preparação um novo Livro de Estilo da Redacção.

Lisboa,

O Conselho de Administração

## C. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos elaborar o nosso Relatório Anual e emitir o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração da **LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O Conselho Fiscal efectuou, ao longo do exercício de 2008, reuniões mensais para análise da evolução da gestão e acompanhamento da actividade da Sociedade.

Sempre que necessário, por sua iniciativa ou por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, reuniu ainda com este Órgão ou com o seu Presidente, onde foram debatidos os assuntos mais relevantes decorrentes da evolução dos negócios da Lusa.

Na realização do seu trabalho, o Conselho Fiscal solicitou, e obteve, o esclarecimento das questões que suscitou, sendo de destacar a colaboração que teve por parte dos Serviços da Lusa, dos seus responsáveis e dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal procedeu igualmente à elaboração de Relatórios Trimestrais, suportados nos trabalhos de auditoria desenvolvidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra este Órgão, onde expressou a síntese das acções desenvolvidas, dos quais foi dado conhecimento ao Conselho de Administração e aos Senhores Accionistas.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas apresentados pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtenção de esclarecimentos que entendeu convenientes.

O Relatório de Gestão enfatiza os aspectos mais relevantes da actividade da Lusa ao longo do exercício, destacando a consolidação da rede de cobertura noticiosa da Agência, em Portugal, na Europa e no mundo lusófono, bem como a entrada em exploração plena do projecto multimédia LUNA, com o qual se pretende evoluir em pleno para uma redacção multimédia e para a modernização da Lusa.

Merece ainda destaque no Relatório do Conselho de Administração o entendimento obtido com os sindicatos, relativamente ao novo Acordo de Empresa, bem como a perspectiva de resolução do impasse existente relativamente à fracção do imóvel da sede que ainda não integra o património da Sociedade.

Os resultados da Lusa registaram um aumento de 6,6% relativamente ao exercício anterior, o que se realça, não obstante as quebras ocorridas ao nível do EBITDA (-3,3%) e dos Resultados Operacionais (-15,6%), para as quais foi determinante o agravamento dos custos com pessoal, que registaram um acréscimo de 8,91%, apesar da tabela salarial apenas ter aumentado 2,1%.

A evolução dos custos com pessoal, influenciada, entre outros aspectos, pelo aumento do número de activos e por algumas reclassificações, foi referida por este Órgão nos seus Relatórios Trimestrais, justificando, no futuro, uma atenção cuidada por parte da gestão, de forma a evitar eventuais deteriorações das condições de exploração da Lusa que, recorde-se, tem cerca de 76,7% da sua facturação concentrada no Contrato Programa celebrado com o Estado.

Em termos globais, o Relatório de Gestão responde às exigências legais aplicáveis, revelando de forma adequada a evolução da actividade da Lusa.

Os demais documentos de prestação de contas foram auditados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra o Conselho Fiscal, a qual emitiu a respectiva Certificação Legal das Contas, relativamente à qual se expressa concordância, em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais.

Tal como expresso na Certificação Legal das Contas, persistem algumas situações de incerteza susceptíveis de afectar as demonstrações financeiras apresentadas, designadamente no que se refere ao esclarecimento dos direitos decorrentes de créditos registados sobre entidades públicas e à decisão final relativa aos recursos judiciais apresentados na sequência das liquidações adicionais de IVA efectuadas pela Administração Fiscal, para além dos efeitos decorrentes da sobreavaliação do arquivo de imagem, face ao reduzido potencial de geração de receitas líquidas futuras.

Face ao exposto e tendo em consideração que os documentos de prestação de contas devem ser lidos em conjugação com o teor da Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, somos de parecer que os Senhores Accionistas da LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A.

(a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2008, apresentados pelo Conselho de Administração;

Apreciem a Proposta de aplicação de resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão. Embora esta proposta esteja em conformidade com as disposições legais aplicáveis e estatutárias aplicáveis não prevê qualquer montante a título de distribuição de dividendos o que implica que, para que seja aprovada, careça da votação favorável por uma maioria representativa de três quartos dos votos correspondentes ao capital social, de acordo com o nº 1 do artigo 294º do Código das Sociedades Comerciais;

Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 2 de Março de 2009

O Conselho Fiscal  
Presidente

Dra. Maria Leonor Saldanha Pereira Carreira da Cunha Torres

Vogais

Dr. João António Oliveira Pires  
Vitor Almeida & Associados, SROC, Lda.  
Representada por:

Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida

## **D. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de balanço de 18.332.924 euros e um total de capital próprio de 8.190.654 euros, incluindo um resultado líquido de 814.688 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. Excepto quanto ao descrito nos parágrafos 7 e 8, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## **RESERVAS**

7. Encontram-se posicionados em Acréscimo de Proveitos 1.629.204 euros, referentes a despesas suportadas pela Lusa com as Delegações de Jacarta e Dili, em 1999 e 2000, e de Macau e Pequim, em 2000, que a Lusa entende que foram assumidas “na sequência de instruções políticas dadas pela tutela e da quais não existe suporte documental substantivo”, não obstante a existência do compromisso da então Secretaria de Estado da Comunicação Social de que tais encargos seriam incluídos no contrato-programa a assinar entre a Lusa e o Estado, o que efectivamente veio a suceder, mas só para os encargos de 2001 e seguintes, exceptuando Jacarta.

Àquele montante acresce ainda a dívida de uma Entidade Pública, no montante de 177.548 euros, posicionada em contas a receber, relativa a serviços prestados a entidades dos PALOP, na maioria das situações associados a protocolos de cooperação entre o Estado Português e as Republicas de Cabo Verde e da Guiné Bissau, cuja origem remonta a 2004.

De acordo com um relatório elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças em 2006, não existem elementos contratuais que suportem os créditos reclamados, admitindo-se que a realização dos serviços que lhe estão associados tenha sido determinada por razões eminentemente políticas. Naquele relatório reconhece-se, no entanto, que alguns créditos de natureza idêntica, relativos a períodos diferentes foram satisfeitos.

Apesar do Conselho de Administração da Lusa entender que lhe assiste pleno direito ao recebimento destes créditos, no montante global de 1.856.752 euros, desconhece-se se, e quando, os mesmo virão a ser recebidos. Dado que não se encontra registado qualquer ajustamento a estes montantes posicionados no activo, não nos é possível concluir se existirá, ou não, uma sobreavaliação do activo e dos capitais próprios, a qual, a verificar-se, será equivalente ao montante que vier a reconhecer-se como não cobrável.

8. Conforme referido nas Notas 6, 32, alínea b) e 51 do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se pendentes de decisão judicial os recursos apresentados pelo Conselho de Administração, na sequência das correcções efectuadas pela Administração Fiscal, por considerar que as indemnizações compensatórias relativas aos exercícios de 2001 e 2002 estavam sujeitas a tributação em sede de IVA.

Os montantes envolvidos ascendem a cerca de 2,6 milhões de euros, aos quais acrescerão juros e coimas, caso a decisão judicial seja desfavorável à Lusa, não se encontrando constituída qualquer provisão.

Embora o processo de execução fiscal se encontre suspenso, dado que a Lusa prestou garantia bancária, no montante de 3.710.950 euros, conforme referido na Nota 32 do Anexo, desconhece-se em que medida as contas da Sociedade poderão ser afectadas pelo desfecho deste processo judicial.

9. Conforme referido na alínea d) da Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos, no montante líquido de 2.348.525 euros, referem-se ao arquivo de imagem, adquirido em 1997 à Agência Lusa de Informação, CIPRL e valorizado nessa data com base numa avaliação, realizada por uma entidade externa, acrescido das imagens produzidas até 31 de Dezembro de 2003, valorizadas com base numa estimativa de receita futura de 1.20 euros cada. O saldo bruto existente no início de cada ano tem sido ajustado com base numa taxa de depreciação de 2%, de que resultou o reconhecimento de um custo, no presente exercício, de 59.164 euros.

Contudo, os proveitos gerados no exercício com a venda de imagens anteriores a 2003 representaram apenas cerca de 1% do valor do arquivo, proveito este que é balanceado como os custos gerados com a manutenção do arquivo, os quais se encontram reconhecidos na conta de resultados do exercício.

Deste modo, entendemos que existem reduzias expectativas de recuperação do valor contabilizado em Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos, conduzindo a uma sobreavaliação do Activo e dos Capitais próprios em montante muito próximo do valor líquido por que se encontra valorizado o arquivo de imagem.

Àquele montante acresce ainda a dívida de uma Entidade Pública, no montante de 177.548 euros, posicionada em contas a receber, relativa a serviços prestados a entidades dos PALOP, na maioria das situações associados a protocolos de cooperação entre o Estado Português e as Republicas de Cabo Verde e da Guiné Bissau, cuja origem remonta a 2004.

De acordo com um relatório elaborado pela Inspeção-Geral de Finanças em 2006, não existem elementos contratuais que suportem os créditos reclamados, admitindo-se que a realização dos serviços que lhe estão associados tenha sido determinada por razões eminentemente políticas. Naquele relatório reconhece-se, no entanto, que alguns créditos de natureza idêntica, relativos a períodos diferentes foram satisfeitos.

Apesar do Conselho de Administração da Lusa entender que lhe assiste pleno direito ao recebimento destes créditos, no montante global de 1.856.752 euros, desconhece-se se, e quando, os mesmo virão a ser recebidos. Dado que não se encontra registado qualquer ajustamento a estes montantes posicionados no activo, não nos é possível concluir se existirá, ou não, uma sobreavaliação do activo e dos capitais próprios a qual, a verificar-se, será equivalente ao montante que vier a reconhecer-se como não cobrável.

## OPINIÃO

10. Em nossa opinião, sujeito aos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7. e 8., e excepto quanto ao efeito das situações descritas no parágrafo 9., as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **LUSA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DE PORTUGAL, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## **ENFASE**

11. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior salienta-se ainda que, conforme referido na alínea m) da Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras, estas englobam a actividade da Lusa Brasil, a qual, apesar de juridicamente autónoma, assume, em termos substanciais, a natureza de uma delegação idêntica a outras delegações que a Lusa tem dispersas por diversos países, razão pela qual a informação contabilística desta delegação foi integrada nas demonstrações financeiras em análise, procedimento com o qual concordamos.

Lisboa, 2 de Março de 2009

**VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.**

Representada por:

Vitor Manuel Batista de Almeida